



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura



8ª SIIPEPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2022

▶ INOVAÇÃO ▶ ENSINO ▶ PESQUISA ▶ EXTENSÃO



Anais do IX Congresso de **Extensão e Cultura** da UFPEL





ORGANIZAÇÃO

Comissão Organizadora

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Cátia Aparecida Leite da Silva
Daniela da Silva Pieper
Eleonora Campos da Motta Santos
Eraldo dos Santos Pinheiro
Gustavo Dias Ferreira
Leticia Silva Dutra Zimmermann
Mateus Schmeckel Mota
Nádia Najára Krüger Alves
Paula Garcia Lima
Raquel Silveira Rita Dias
Terena Souza da Silva

Organizadores dos Anais

Eraldo dos Santos Pinheiro
Mateus Schmeckel Mota
Paula Garcia Lima

Design Editorial

Júlia de Lima Valadão

Equipe de Apoio

Aise Daniela Boeno Gomes
Ana Laura Hennicka
Beatriz Campos da Motta Santos
Bruna Zacaria Vilella
Débora da Silva Mendes
Erica Hartwig Frank
Everson Gabriel Mesquita da Martha
Everton Iberse
Gabriella Militao Cazarotti
Isabelli da Silva Vieira Marques
Izabella Camila Domingos Santos
Júlia De Lima Valadão
Julia Moreira Rodrigues Dos Santos
Karina Badia Fonseca
Lucas Bezerra Furtado
Maria Carolina Gomes Silva e Silva
Roberta Locateli Ramirez

Sandro Luis Duarte Mesquita
Sara Silveira Volcan
Tainá Ferreira Cardoso
Tiffani Gomes Cardozo
Vitor de Moraes Kickhofel

Debatedores

Adriana Gonçalves da Silva Manetti
Adriana Schuler Cavalli
Alexandra Gonçalves Dias
Alexandre Emidio Ribeiro Silva
Aline Joana R. W. Alves dos Santos
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Ana da Rosa Bandeira
Ana Laura Sica Cruzeiro Szortyka
Ana Paula de Lima Escobal
Andréa Lacerda Bachettini
Andréa Souza Castro
Anne y Castro Marques
Annelise Costa Montone
Antonia Espindola Longoni Klee
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Bruna da Rosa Curcio
Bruno Rotta Almeida
Camile Urban
Carla de Andrade Hartwig
Carolina Gomes Nogueira
Caroline de Leon Linck
Caroline de Oliveira Langlois
Caroline Scherer
Caroline Terra de Oliveira
César Augusto Otero Vaghetti
Claiton Leoneti Lencina
Cláudia Fernanda Lemons de Silva
Cristiano Agra Iserhard
Cristina Braga Xavier
Cyntia Barbosa Oliveira
Dalila Müller
Daniel Lena Marchiori Neto
Daniela da Silva Pieper
Daniela Silva Agendes
Daniela Stevanin Hoffmann
Danielle de Almeida Bressiani



ORGANIZAÇÃO

Diego Lemos Ribeiro
Diogo La Rosa Novo
Diuliana Leandro
Douglas Ferreira dos Santos
Douver Michelin
Eder João Lenardão
Eduardo Merino
Erika da Silva Ferreira
Ezilmara Leonor Rolim de Sousa
Fabiane Tejada da Silveira
Forlan La Rosa Almeida
Francine Novack Victoria
Francisco dos Santos Kieling
Gabriela Cavalheiro Rodrighiero
Giana de Paula Cognato
Gilson Simões Porciuncula
Giovana Duzzo Gamaro
Giselle Molon Cecchini
Gustavo Dias Ferreira
Helenara Plaszewski
Inácio Crochemore M da Silva
Jair Jose Gauna Quiroz
Jenifer da Silva Dias
João Carlos de Oliveira Koglin
Josias Pereira da Silva
Juliana Corrêa Hermes Angeli
Juliana dos Santos Vaz
Juliana Vargas Bozzato
Karinne Emanoela G. dos Santos
Laura Valadão Vieira
Lenice de Castro Muniz de Quadros
Letícia Kirst Post
Lisiane Manke
Lisiani Coelho
Lorena Almeida Gill
Luciana Foss
Luciane Prado Kantorski
Mara Beatriz Nunes Gomes
Marcelo Olivera Cavalli
Maria Clara Lysakowski Hallal
Maria Falkembach
Marilia Lazarotto
Marislei da Silveira Ribeiro

Marlete Brum Cleff
Matheus de Lima Weege
Mauricio André Maschke Pinheiro
Michele Cristiene Nachtigall Barboza
Michele Mandagará de Oliveira
Milena Rosa Araújo Ogawa
Miriam Cristiane Alves
Natacha Deboni Cereser
Nicole Ruas Guarany
Noris Mara Pacheco Martins Leal
Norlai Alves Azevedo
Otávio Santiago Gomes da Silva
Pablo Miguel
Paula Garcia Lima
Paula Pedreira Del Fiol
Pedro Luís Machado Sanches
Poliana Farias Alves
Prince Chaiene Meireles Dias
Rafael Guerra Lund
Raquel Ludtke
Regiana Wille
Renata Heidtmann Bemvenuti
Roberto Heiden
Rosangela Ferreira Rodrigues
Rosemar Gomes Lemos
Rubia Flores Romani
Ruth Irmgard Bartschi Gabatz
Samantha Balleste
Sidnéia Tessmer Casarin
Simone André da Costa Cavalheiro
Simone Gonçalves da Silva
Stefanie Griebeler Oliveira
Tatiane Kuka Valente Gandra
Teila Ceolin
Valeria Cristina Christello Coimbra
Valmir Francisco Risso
Vanessa Caldeira Leite
Viter Magalhães Pinto
Vitória Silveira da Costa
Viviane Marten Milbrath
Wilian Junior Bonete
William Daldegan
Zayanna Christine Lopes Lindoso



EXPEDIENTE PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL 2021-2024

Pró-Reitor

Eraldo dos Santos Pinheiro

Assessoria / Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves - assessora

Coordenação de Arte, Cultura e Patrimônio

Eleonora Campos da Motta Santos - coordenadora

Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Ana Carolina Oliveira Nogueira - coordenadora

Silvia Carla Bauer Barcellos

Coordenação de Saúde e Educação

Gustavo Dias Ferreira - coordenador

Núcleo de Apoio a Projetos de Extensão

Mateus Schmeckel Mota - chefe

Seção de Divulgação da Extensão

Paula Garcia Lima - chefe

Seção de Mapeamento e Inventário em Extensão

Cátia Fernandes de Carvalho - chefe

Daniela da Silva Pieper

Seção de Registro e Acompanhamento

Cátia Aparecida Leite da Silva - chefe

Leticia Silva Dutra Zimmermann

Raquel Silveira Rita Dias

Terena Souza da Silva

Colaboradores

Jerri Teixeira Zanusso



IX CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

Encontro de Saberes: Pluriversidade e Meio Ambiente

O tema da 8ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE) nos conduziu para uma profunda reflexão sobre o papel da universidade, a relação com outros saberes e o futuro do nosso planeta. Estes temas estão relacionados entre si, tendo em vista que a universidade como um grande centro de estudos, ciência, encontros de saberes, valores, arte e cultura, é um dos locais em que ideias emergem sobre o nosso existir sustentável. É um dos locais onde vislumbramos cenários futuros baseados em evidências, onde as pessoas são estimuladas a estudar, refletir, teorizar, praticar, aceitar ou refutar teorias. E a SIIPE é o momento em que nossos/as estudantes podem, de forma gratuita, apresentar suas ideias em público, suas experiências, trocar saberes e serem questionados/as.

A SIIPE 2022 foi um sucesso de público. O primeiro evento presencial após dois anos de distanciamento por conta da pandemia de COVID-19, mostrou que as pessoas estavam necessitando de atividades presenciais em que pudéssemos expor nossa vocação de seres sociais e que evocasse o pertencimento institucional. Neste sentido, foi vibrante a possibilidade do encontro, de assistir presencialmente as atividades da revista cultural, as palestras, as apresentações dos trabalhos, as feiras. No Congresso de Extensão e Cultura (CEC) tivemos 351 trabalhos apresentados, mediados por 122 debatedores, com 60 trabalhos avultados como destaque. Importante salientar que o sucesso da SIIPE se dá pela participação dos/as estudantes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e, também, pelo envolvimento, comprometimento e a acurada competência dos/as servidores/as públicos da UFPel, em especial aos/as servidores/as da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura no que se refere ao CEC.

Nos últimos anos as universidades públicas vêm sendo atacadas diuturnamente com bloqueios e cortes de recursos. Além disso, são realizados ataques aos servidores e estudantes. A SIIPE 2022 foi realizada em um dos piores momentos vividos pelas universidades em nosso país. No entanto, com apoio da sociedade civil buscamos recursos na iniciativa privada com a finalidade de podermos prestar contas para sociedade mostrando e que se faz dentro da universidade. É importante que possamos agradecer as pessoas que acreditam na universidade pública, que acreditam na ciência, que acreditam nos impactos positivos que a Universidade Federal de Pelotas causa em Pelotas, na Região Sul e no Brasil. Muito obrigado.

Para o futuro desejamos que as Universidades Públicas possam ter autonomia para criar ambientes de aproximação com as comunidades, troca de saberes, aplicação de evidências científicas, desenvolvimento tecnológico, divulgação artística e cultural. É importante que não dependamos do "bom senso" de gestores e que tenhamos uma política séria e de longo prazo para o nosso país. Que na nossa SIIPE e no nosso CEC 2023 possamos já sentir os efeitos do fim da tirania.

Prof. Dr. Eraldo Pinheiro
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Universidade Federal de Pelotas

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca Campus Capão do Leão - UFPel

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (9. : 2022 : Pelotas)
Anais do... [recurso eletrônico] / 9. Congresso de Extensão e Cultura ; org. Eraldo dos Santos Pinheiro, Matheus Schmeckel Mota, Paula Garcia Lima. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2022. – 1449 p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2021>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Educação. I. Pinheiro, Eraldo dos Santos. II. Mota, Mateus Schmeckel. III. Lima, Paula Garcia. IV. Título.

CDD: 378.1554

SUMÁRIO

Tema: Direitos Humanos e Justiça

- 09** PROJETO MAIS JUNTAS POR MAIS GAROTAS
MIRIAN ELERT DA SILVA; GREICI MAIA BEHLING; LARISSA BOLZAN
- 13** O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL DE OLHO NOS LIVROS: A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO À LEITURA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA
ISRAEL DAS NEVES PORTO; KARINNE EMANOELA GOETTEMS DOS SANTOS
- 16** MULHERES NA CIÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DE QUESTÕES DE GÊNERO NA VIDA ACADÊMICA DE MULHERES DISCENTES NA ÁREA DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
MARINA SEYFFERT XAVIER; GABRIELA DE OLIVEIRA; LARISSA C. A. COSTA; FERNANDA P. BALBINOT; FILIPE S. RONDAN; MÁRCIA F. MESKO
- 20** EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRISÕES: UMA EXPERIÊNCIA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL
MARINA RODRIGUES CABRAL; TAINÁ VIANA; THALES VIEIRA DOS SANTOS; AMANDA SALLET DE ALMEIDA E SILVA; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA; BRUNO ROTTA ALMEIDA
- 24** RODAS DE CONVERSA E TROCAS DE SABERES SOBRE RACISMO E TRANSFOBIA: MEIOS DE ACOLHER AS COMUNIDADES DENTRO DA ÁREA DA SAÚDE
ANA BEATRIZ GONÇALVES ARAÚJO; JULIA SILVEIRA LONGARAY; ANDRÉ LUIS DE AVILA CARDOSO, RENATO FABRÍCIO DE ANDRADE WALDEMARIN, GLORIA MARIA GOMES DRAVANZ, JULIO CESAR EMBOAVA SPANÓ
- 28** ASSESSORIA CRIMINAL POPULAR E ACESSO À JUSTIÇA DAS FAMÍLIAS DAS PESSOAS VÍTIMAS OU AUTORAS DE CRIMES
ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS; MARIANA ZORZI MAINO; MARINÊS LOPES DE ROSA; PEDRO HENRIQUE CASTANHEIRA; RAFAELA PERES CASTANHO; BRUNO ROTTA ALMEIDA

32 PREENCHIMENTO DE VAZIOS INSTITUCIONAIS,
A PARTIR DE COCRIAÇÕES DE INOVAÇÕES SOCIAIS

JULIA BEHLING DE CASTRO; JULIE MARTINS DE SOUZA; MARIA EDUARDA VAZ FERRAZ; GREICI MAIA BEHLING; LARISSA MEDISNEIRA BOLZAN

36 BALCÃO VIRTUAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO A FAMILIARES DE
PESSOAS PRESAS: UMA VIA DE ACESSO À JUSTIÇA E AOS DIREITOS
NA EXECUÇÃO PENAL

VIVIAN DINIZ DE CARVALHO; TAINÁ VIANA; MARIANA ZORZI MAINO;
MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA SILVA; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA;
BRUNO ROTTA ALMEIDA

40 A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (ALM)
E A FAIXA DE FRONTEIRA

KAI MARQUES; LIARA LUIZA DURIGON POZZOBON; PAOLA DE MORAES
MEINE; ROBERTA NUNES NOGUEZ; FERNANDA DE MOURA FERNANDES;
SILVANA SCHIMANSKI

44 CLÍNICA DE ATENDIMENTO JURÍDICO A IMIGRANTES E REFUGIADOS:
UMA EXPERIÊNCIA EMANCIPADORA

VALERIA VILLALBA SOARES DE OLIVEIRA; DIULIA BORGES MOREIRA;
MANOELA VIEIRA MACIEL; ANELIZE MAXIMILA CÔRREA

PROJETO MAIS JUNTAS POR MAIS GAROTAS

MIRIAN ELERT DA SILVA¹; GREICI MAIA BEHLING²; LARISSA BOLZAN³

¹Universidade Federal de Pelotas – mirian.elert@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – biogre@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – Larissambolzan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A representação desproporcional das mulheres na Ciência e Tecnologias não é um tema novo e tem sido amplamente abordado nos últimos anos (SOARES, 2001). Além disso, a pouca representação feminina em carreiras de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) é um problema social e de gênero, somado a isso tem-se que a maioria dos cargos que proporcionam maior poder, maior prestígio e maior valor social, são ocupados por homens (SILVA & PARREIRA, 2022; CARNEIRO, *et al.*, 2020).

As Ciências, até o início do século XX, ainda eram culturalmente compreendidas como atividades impróprias para as mulheres. A escolarização feminina se dava de forma tardia quando comparada a dos homens, além de que os mesmos sempre foram incentivados a estudar e trabalhar para adquirir conhecimentos ditos científicos, enquanto as mulheres se preparavam para ser uma boa dona de casa (ALVES, 2017; TORRES, *et al.*, 2017).

A escolaridade não assegura a igualdade de gênero, entretanto, é um meio fundamental para oportunizar mudanças, essencialmente nos preceitos de conduta do universo feminino, concedendo novas possibilidades para as mulheres no mercado de trabalho, até mesmo em ambientes conhecidos como masculinos. Historicamente, desde a sua colocação no mercado de trabalho, a mulher tem enfrentado diversas lutas para conquistar seus objetivos e se desvencilhar da ideia arcaica de que sua função é apenas de reprodutora, cuidadora da prole e do lar (BOFFI & SILVA, 2021; CARNEIRO, *et al.*, 2020).

A presença das mulheres nas carreiras de STEM tem sido tema constante de pesquisas nos últimos anos, devido diversos fatores, dentre os quais estão os movimentos feministas e a maior abertura das universidades e do mercado de trabalho para as mulheres. Mesmo assim, percebe-se que a participação ainda é pequena quando comparada a dos homens (KLANOVICZ, 2016).

Diante disso, o Projeto Mais Juntas – Por Mais Garotas surgiu com o intuito de potencializar o interesse de mulheres e meninas na formação de áreas em que atualmente estão subrepresentadas, como em ciências, tecnologias, engenharias e matemática e com isso aumentar a participação das mulheres nas referidas carreiras e mercado de trabalho. Mesmo que, de acordo que não será suficiente diminuir a desigualdade de gênero, a longo prazo, este projeto mostra potencial para minimizar a desigualdade de gênero.

2. METODOLOGIA

Devido a situação da pandemia COVID-19, o desenvolvimento do projeto deu-se inicialmente de forma remota, com a criação de *posts* na página do Projeto Mais Juntas no Instagram, com o objetivo de apresentar a ideia do Projeto Mais

Juntas – Por Mais Garotas. Após a apresentação do projeto na mídia, foram feitas publicações semanais trazendo o tema “Mulheres na Ciência”, para demonstrar o papel de grandes mulheres e suas importantes descobertas e despertar o interesse por mais meninas nas áreas STEM.

Posterior a etapa de apresentação e com a possibilidade de atividades presenciais, o projeto fará um convite para a participação de meninas estudantes do ensino médio e fundamental, levando palestras sobre as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática às escolas de ensino público do município de Pelotas. As palestras serão realizadas com pesquisadoras de cada área, propondo atividades práticas que despertem a curiosidade e o interesse das estudantes para a pesquisa.

Ao final do desenvolvimento do projeto, será realizada uma reunião de identificação das questões que limitam a decisão de meninas por essas áreas determinadas e a cocriação de uma ferramenta para estimular mulheres a escolherem suas formações em áreas subrepresentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com MUNILHA (2018), a questão de gênero influencia as decisões tomadas por homens e mulheres sobre sua orientação escolar e profissional. Segundo a pesquisadora, em seu artigo, as mulheres podem ter pouco interesse em carreiras STEM devido influências do gênero, estereótipos, jogos, autoestima, expectativas, papéis de gênero e ausência de modelos femininos. Neste sentido, ROSADO (2012) afirma que muitas vezes os próprios professores ajudam a reforçar os estereótipos de gênero ao tratar meninos e meninas de forma diferente.

PARREIRA & SILVA (2022) realizou uma pesquisa referente as barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas, através da metodologia de grupo focal, uma forma de entrevista em grupo com mulheres e obteve como resultados que algumas das barreiras enfrentadas por mulheres nestes ambientes de trabalho “masculinos” também são o assédio, discriminação de gênero, insegurança, falta de apoio da família e dentre outros fatores.

SOUZA & PIMENTEL (2022) criaram um projeto semelhante ao Mais Juntas – Por Mais Garotas, com o tema “Elas mudam o mundo”, com o objetivo de incentivar meninas nas áreas das Exatas, a partir de gravações e depoimentos em mídias sociais com profissionais e estudantes da área que demonstraram a atuação das mulheres nas diversas áreas da STEM, e obtiveram como resposta um engajamento além das expectativas, visto que alunas do ensino fundamental e médio tiveram acesso a conteúdo que poucas vezes é demonstrado em sala de aula, concluindo que é possível reafirmar a inserção de mais profissionais mulheres nas áreas das Exatas.

Com a apresentação do projeto Mais Juntas – Por Mais Garotas nas mídias sociais foi possível perceber reações positivas e interesse sobre o tema através das reações observadas quanto as visualizações e curtidas nas publicações voltadas a mulheres na Ciência (tabela 1). No entanto o alcance foi maior para mulheres adultas em relação a meninas do Ensino Fundamental e Médio, que são o público-alvo deste projeto. Espera-se que ao levar o projeto para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio do município de Pelotas, ação planejada para o mês de setembro e outubro, os resultados sejam mais positivos do que os já obtidos até o momento e observados nas pesquisas, e que seja possível alcançar maior público e visualizações nas mídias sociais.

Tabela 1: alcance nas mídias sociais (Instagram)

Publicação	Nº de curtidas	Nº de visualizações
Publicação 1	22	221
Publicação 2	11	147
Publicação 3	11	116
Publicação 4	21	181
Publicação 5	22	130
Publicação 6	14	89
Publicação 7	12	87

4. CONCLUSÕES

Realizando uma revisão de literatura foi possível perceber que a inserção de mulheres na carreira e mercado de trabalho, em áreas duras como as Ciências, Engenharias, Tecnologias e Matemática, não é um problema novo e está voltado sim para um problema de gênero e cultural, pensando no que na maioria das vezes somos ensinadas a “ser” através de ideias ultrapassadas. A ideia de que o papel da mulher é restrito a atividades reprodutivas e domésticas, incapaz de seguir em áreas consideradas masculinas é algo que deve ser superado e um dos lugares possíveis para potencializar essa superação é a escola. O projeto Mais Juntas – Por Mais Garotas demonstrou até o momento, por meio das redes sociais, que o interesse pelas mulheres por este tema existe e espera-se que com o desenvolvimento do projeto nas escolas, seja possível despertar o interesse de mais meninas por essas áreas, mostrar que as mulheres podem atuar como cientistas, engenheiras e matemáticas, e seja capaz de minimizar a desigualdade de gênero.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, D. M. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. **Revista do Programa de Pós-Graduação da Unesc: Criar Educação**, vol. 7, n. 2, p. 1-25, 2017.
- BOFFI, L. C.; SILVA, L. C. O. Enfrentando as estatísticas: estratégias para permanência de mulheres em STEM. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol. 14, 2021.
- CARNEIRO, S. G.; SILVA, G. C.; SILVA, L. A.; COSTA, V. G.; SILVA, A. V. Mulheres nas Ciências de Exatas, Engenharia e Computação: uma revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar**, vol. 20, 2020.
- KLANOVICZ, L. R. F. A visibilidade de mulheres cientistas na imprensa brasileira: gênero, história da ciência e ressonâncias do feminismo. **Anais do 16º encontro estadual de História da Anpuh**, 1-11, 2016.
- ROSADO, A. Género, orientación educativa y profesional. **Revista Mexicana de Orientación Educativa**, vol. 9, n. 22, p. 34-41, 2012.
- SOARES, T. A. Mulheres em Ciência e Tecnologia: Ascensão limitada. **Quim. Nova**, vol. 24, n. 2, p. 281-285, 2001.
- SOUZA, L. A. B. & PIMENTEL, C. A. Mulheres na Engenharia: relato de experiência do projeto elas mudam o mundo. **Revista Extensão, UFRB**, vol. 1, 2022

SILVA, L. C. O. & PARREIRA, V. A. D. Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 30, n. 1, 2022.

MUNILHA, M. S. A ausência de mulheres nas carreiras STEM: um problema social e de gênero. *adolesCiência: revista júnior de investigação*, vol. 5, n.1, p. 11-22, 2018.

TORRES, K. B. V. et al. Inclusão das Mulheres nas Ciências e Tecnologia: Ações voltadas para a Educação Básica. **Expressa Extensão**, vol. 22, n. 2, p. 140-156, 2017.

O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL DE OLHO NOS LIVROS: A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO À LEITURA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

ISRAEL DAS NEVES PORTO¹; KARINNE EMANOELA GOETTEMS DOS SANTOS²

¹Universidade Federal de Pelotas – israel.n.p@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – karinne.adv@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O universo acadêmico abarca questões culturais, sociais, históricas e contemporâneas, detendo o objetivo de provocar o olhar questionador das alunas e alunos, aqui nos limites da graduação em direito. Para isso, promovem-se ações metodológicas que dialoguem com o âmbito extra-acadêmico, de modo a promover um encontro com a comunidade externa.

Por um lado, identificamos a pesquisa como condutora a aproximar demandas sociais pertinentes, reforçando um olhar atento em âmbito político e jurídico. Por outro lado, o principal condutor dessa pesquisa dá-se por meio da leitura, o acesso ao conhecimento e a materiais de conteúdo bibliográfico diverso, potencializando a democratização do conhecimento jurídico fora da academia.

Por meio da extensão universitária, a academia volta-se à comunidade, cumprindo sua função social de promoção e fomento à transformação das relações nas quais está inserida (DIAS, 2021). É neste contexto que o projeto O Direito de Olho no Social, da Faculdade de Direito da UFPEL, promove ações em parceria entre o Serviço de Assistência Jurídica e o PPGD/UFPEL, deslocando-se em direção aos espaços comunitários para levar conhecimento e acesso à justiça à população mais vulnerável.

Dentre essas atividades encontra-se a ação "Doe livros para que possamos doar", com o objetivo de incentivar a leitura a partir da doação de livros às escolas da rede pública e centros comunitários de Pelotas, mediante prévio agendamento, livros estes igualmente doados pela comunidade. A arrecadação acontece no ambiente do Serviço de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito, localizado na Rua Almirante Barroso, 1202, Campus II.

Os livros serão doados com o objetivo de estimular a formação de pensamento crítico emancipatório em crianças e adolescentes, de modo a qualificar o exercício da cidadania e a satisfação de direitos por meio do acesso ao conhecimento.

2. METODOLOGIA

O presente resumo é apresentado por meio de revisão qualitativa bibliográfica (REGINATO, 2017) e pesquisa documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) realizado a partir de ações de 2022 do projeto O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL da Faculdade de Direito - UFPEL, com destaque para a ação "Doe livros para que possamos doar", que busca promover o incentivo à leitura, mediante campanha de doação de livros, posteriormente entregues às escolas da rede pública e centros comunitários de Pelotas.

Num primeiro momento, as obras arrecadadas, de temáticas variadas, serão disponibilizadas aos estudantes nos níveis fundamental e médio, para inspirar dia-

lética voltada à produção textual, debates entre colegas, e formulação de pensamento ampla na contraposição com pesquisas bibliográficas a serem realizadas pelos estudantes.

Passo seguinte, o projeto pretende organizar oficinas de leituras e discussões que possam correlacionar as obras com questões sociais ligadas ao exercício da cidadania e de direitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto vinculado ao SAJ-UFPEL, O Direito de Olho no Social, iniciou o 1º semestre de 2022, com uma de suas principais frentes, o projeto aqui descrito, intitulado, "Doe livros para que possamos doar", tendo como principal objetivo o trânsito de livros, mediante campanhas de arrecadação, tendo uma destas sido realizada em evento de mostra da Universidade Federal de Pelotas na FENADOCE-2022, tal qual, proporcionou um diálogo inicial sobre a ação, tanto com a comunidade acadêmica, quanto a comunidade externa.

Inicialmente, dentre as ações realizadas e planejadas em torno do projeto, evidenciam o incentivo ao pensamento emancipatório de crianças e adolescentes, fomentando um pensamento crítico, amplo e empoderado, iluminando as mais variadas demandas sociais da contemporaneidade, tratando, por vezes, temas sensíveis ao debate em sala de aula, mas, muitas vezes necessário para as demandas diárias de respeito e cuidado ao próximo, bem como, uma maior observância e senso comunitário na vida em sociedade.

Nesse sentido, foi idealizado um recurso de exercício da cidadania, sem ser uma solução efetiva de problemas em um primeiro momento, mas um veículo capaz de promover o conhecimento enquanto movimento e efetivação da cidadania.

4. CONCLUSÕES

O incentivo à leitura é fundamental para o exercício da cidadania e satisfação de direitos. A partir da leitura, amplia-se a possibilidade de diálogo com temáticas, por vezes deslegitimadas em sala de aula ou, ainda, abordadas em modalidade introdutória sem um maior aprofundamento teórico, promovendo o afastamento com a realidade social.

Reforça-se, com isso, a relevância da utilização de materiais bibliográficos, tanto em âmbito jurídico quanto social, promovendo o desenvolvimento de pensamento crítico e plural, além de desenvolvimento social e cultural, com vistas à emancipação do cidadão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REGINATO, Andréa Depieri de A. Uma introdução à pesquisa documental. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar Empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Pesquisa Empírica em Direito, 2017. p. 189-224. Disponível em: [HYPERLreedpesquisa.org/publicacoes/volume-2-no-1-2014/](https://www.reedpesquisa.org/publicacoes/volume-2-no-1-2014/). Acesso em 10 de agosto de 2022.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, n. 14, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

Disponível em: [HYPs://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771](https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771). Acesso em 11 de agosto de 2022.

DIAS, Renato Duro. Extensão universitária nos cursos de graduação em direito.

Revista Quaestio Iuris, v. 14, n. 01, p. 21-39, Rio de Janeiro, 2021.

MULHERES NA CIÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DE QUESTÕES DE GÊNERO NA VIDA ACADÊMICA DE MULHERES DISCENTES NA ÁREA DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

MARINA SEYFFERT XAVIER¹; GABRIELA DE OLIVEIRA², LARISSA C. A. COSTA², FERNANDA P. BALBINOT², FILIPE S. RONDAN²; MÁRCIA F. MESKO³

¹Universidade Federal de Pelotas – marinaseyffert@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – gaby.ooi565@gmail.com; cristine.andradec@gmail.com; fer.p.balbinot@gmail.com; fsrondan@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – marciamesko@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as mulheres continuam sendo minoria entre os pesquisadores dentro do cenário acadêmico/científico, tanto a nível nacional quanto mundial (AGUIAR, 2021). O relatório “*The Researcher Journey Through a Gender Lens*” relata que pesquisadores do gênero masculino estão entre os autores com um longo histórico de publicações, enquanto as pesquisadoras mulheres são principalmente representadas por autoras com um curto histórico de publicações. Isto indica que pesquisadores homens tendem a continuar publicando por um maior período de tempo, quando em comparação com pesquisadoras mulheres, evidenciando uma notável diferença entre as carreiras acadêmicas/científicas entre homens e mulheres (ELSEVIER, 2020).

Estudos apontam que nos últimos anos houve um aumento de 40% no número de mulheres que deram início às suas carreiras de pesquisadoras (BOEKHOUT; WEIJDEN; WALTMAN, 2021). Este aumento pode estar associado à criação de programas de incentivo para jovens cientistas como, por exemplo, as bolsas de iniciação científica (IC), em que, entre seus principais objetivos, estão atrair novos talentos para a ciência e levar aos discentes uma experiência mais aprofundada com a rotina acadêmica e científica, bem como a iniciativa dedicada a inclusão de gênero na ciência por meio do programa “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (CNPq, 2021).

Apesar das mulheres serem maioria em programas de introdução à carreira acadêmica/científica, como os de IC, os dados mostram que estes números diminuem ao decorrer da ascensão na carreira. No ano de 2018 cerca de 56% das bolsas de IC nas áreas da química cedidas pelo CNPq contemplavam iniciantes científicas mulheres, enquanto que nos programas de pós-graduação (PG) em química, em ambos os níveis (mestrado e doutorado), as mulheres representavam cerca de 52% dos bolsistas (NAIDEK et al., 2020). Quando estudada a quantidade de autoras presentes nos artigos publicados em revistas das áreas da química com autores brasileiros, entre os anos de 2016 e 2018, há participação feminina em uma média de aproximadamente 41%. Levando em conta a ocupação de cargos de liderança, ainda no ano de 2018, apenas 39% dos cursos de graduação e pós-graduação, ambos nas áreas das químicas, eram coordenados por mulheres. Esta diferença se torna ainda mais visível quando os cargos são mais altos. Como exemplo, pode-se mencionar que no ano de 2020, das 69 Universidades Federais existentes no Brasil, apenas 15 possuíam reitoras mulheres, representando cerca de 22% apenas (GIATTI; UBEDA, 2021).

Assim, observa-se que, apesar do interesse de mulheres pela carreira acadêmica/científica na área da química e correlatas, bem como estando cada vez

mais presentes nesta área de atuação, ainda há uma grande dificuldade de encontrá-las como autoras principais de artigos científicos ou em cargos de liderança. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo entender a influência da iniciação científica e de questões de gênero na carreira acadêmica/científica de mulheres cientistas das áreas da química do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA).

2. METODOLOGIA

Para o levantamento dos dados, foram utilizados questionários autoaplicáveis com questões de múltipla escolha e dissertativas, destinados às discentes de Iniciação Científica e de Pós-Graduação (dos programas de pós-graduação em Química – PPGQ, e em Bioquímica e Bioprospecção – PPGBBio, do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos – CCQFA), regularmente matriculadas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Os questionários foram desenvolvidos a partir da ferramenta *Google* Formulários, visando a extração de dados quantitativos e qualitativos para análise. Um *e-mail* contendo o *link* para o acesso ao questionário foi enviado para 85 alunas de PG e para 40 alunas de IC. O questionário era composto por 20 questões para as discentes de PG e 17 questões para as discentes de IC, além de um termo de consentimento livre esclarecido (TCLE).

As perguntas contidas nos questionários foram formuladas com o intuito de obter informações sobre a influência dos programas de incentivo à carreira científica e do ambiente acadêmico na continuidade da carreira acadêmica/científica na área da Química. Para tanto, as questões aplicadas continham perguntas sobre o nível atual de escolaridade, a orientação e coorientação e os respectivos gêneros dos orientadores, se a IC influencia ou influenciou na continuidade da carreira, como cursar mestrado e/ou doutorado, se as discentes possuem ou possuíam bolsas, bem como se no ponto de vista delas há igualdade e representatividade de gênero no meio acadêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram obtidas 43 respostas considerando todos os questionários, sendo 17 de discentes de iniciação científica e 26 de pós-graduação (20 doutorandas e 6 mestradas), cerca de 34% das respostas esperadas. Quando as discentes de IC foram questionadas sobre o que despertou o seu interesse em fazer iniciação científica, motivos como o “ganho de experiência e aprendizado”, “maior interação com a área da pesquisa” e a “possibilidade de receber uma bolsa de incentivo” foram os mais citados entre as respostas discursivas. Entretanto, vale ressaltar que, das discentes de IC que responderam ao questionário, cerca de 40% não possuem bolsa. Além disso, destas respostas observou-se que as discentes de IC são, em sua maioria (16), orientadas por discentes mulheres. Destas, 14 possuem coorientação (mesmo que informalmente), das quais 12 são coorientadas por docentes mulheres. Esses dados evidenciam uma relação de identificação entre as discentes e as docentes, uma vez que as professoras podem ocupar um lugar de modelo e representatividade para estas discentes (BEZERRA, 2022). Todavia, em virtude do relativo baixo número de respostas não é possível delinear uma tendência neste perfil.

Outro ponto importante observado é que, após serem questionadas se receberam apoio e de quem para ingressar em um programa de IC, a maioria das discentes (cerca de 65%) relatou ter recebido maior incentivo de amigos/as,

enquanto o incentivo de professores/as foi relatado por apenas 30% das discentes, aproximadamente. Esse dado é importante para demonstrar que patamares ainda melhores da participação de mulheres na carreira acadêmica/científica podem ser alcançados, especialmente se o incentivo para mulheres na graduação ingressarem na IC for melhor exercido por docentes pesquisadoras. Referente ao ingresso em programas de PG após a conclusão do curso, cerca de 71% das discentes respondeu “sim” sobre essa possibilidade. Deve-se observar que a maioria das estudantes (cerca de 82%) relatou que teve a IC como influência positiva, destacando pontos como “maior identificação com a área da pesquisa”, “amadurecimento” e “maiores oportunidades” como motivos mais relevantes. Por outro lado, considerando a minoria de estudantes que relatou não ter interesse em realizar uma pós-graduação, algumas discentes evidenciaram que não se identificam com a área de pesquisa e salientaram que existem outros caminhos além da carreira de pesquisadora.

Com relação às respostas obtidas a partir do questionário dirigido às discentes de PG, em contraste com as discentes de IC, a maioria (cerca de 60%) é orientada por docentes do gênero masculino. Quando questionadas sobre a coorientação, das 16 pós-graduandas que possuem docentes desempenhando esse papel (mesmo que informalmente), 10 possuem coorientadores do gênero feminino, o que representa 63%. Diferentemente das discentes de IC, apenas 4 PGs (~15%) não possuem bolsa.

Um dado que deve ser ressaltado é que 23 das 26 discentes de PG participaram de programas de IC durante a graduação, comprovando uma correlação entre a participação nesses programas e o ingresso na pós-graduação científica. Ainda, dentre estas 23 discentes, apenas uma respondeu não ter sido influenciada pela IC. As demais, relataram ter tido uma forte influência da IC, sendo descrita como “crucial”, na escolha de seguir na área acadêmica. Vale ressaltar que, das três alunas que responderam não ter participado de programas de IC, duas responderam que gostariam de ter participado, pois acreditam que teriam um maior preparo para cursar a pós-graduação. Diferentemente das iniciantes científicas, quando questionadas acerca de ter recebido apoio para ingressar nos programas de IC, a maioria das pós-graduandas (cerca de 58%) respondeu ter recebido maior incentivo por parte dos/as docentes, independentemente do gênero.

Por fim, também foi aplicado um questionário tanto para as discentes de IC quanto para as de PG, abordando questões de gênero no meio acadêmico/científico. Ao serem questionadas sobre a existência ou não de uma condição de igualdade de gênero no meio acadêmico/científico, cerca de 61% das discentes acreditam que, mesmo atualmente, essa condição ainda não existe. Isso está de acordo com o relatado na literatura, uma vez que as mulheres são minoria entre os docentes, os cargos de liderança e as premiações, não tendo as mesmas oportunidades da maioria dos pesquisadores do gênero masculino e muitas vezes sofrendo com jornadas duplas de trabalho e falta de reconhecimento entre colegas e superiores (NAIDEK *et al*, 2020). Sobre a representatividade de gênero neste meio, a maioria das discentes (cerca de 76%) também acredita não haver esta condição. Isso evidencia como o aumento apenas numérico de pesquisadoras e acadêmicas, a imagem que permanece para a população em geral referente à ciência e à pesquisa, é a imagem de um homem branco, na qual muitas cientistas não se veem incluídas e representadas (BENTO, 2021). Levando em conta os seus respectivos ambientes de trabalho, foi questionado se as discentes sofrem alguma diferença no tratamento entre

peças do gênero feminino e do gênero masculino, e cerca de 40% das discentes responderam “sim”. Entretanto, apesar da falta de representatividade feminina e da diferença de tratamento sofrida por algumas colegas, 65% das discentes afirmam se sentirem motivadas a dar continuidade nas suas carreiras acadêmicas/científicas. Desta parcela, 98% afirmou receber incentivo dos/as colegas de trabalho, independente de gênero. Acerca da parcela que não se sente motivada a continuar nesta área de atuação, quando questionadas se a sua falta de motivação está relacionada à desigualdade de gênero presente nesta área de atuação, 44% respondeu que sim. Ao final, quando convidadas a deixar algum comentário, algumas discentes reforçaram a importância de legitimar as discussões sobre igualdade de gênero e a validação dos estudos sobre este tema por parte de toda a comunidade acadêmica/científica.

4. CONCLUSÕES

Com base no exposto, pode-se perceber que, para as acadêmicas de IC e PG das áreas de química da UFPel, tanto o programa de Iniciação Científica quanto as questões de desigualdade de gênero no meio científico possuem influência nas escolhas a respeito da sua vida acadêmica/científica. Os programas de incentivo à iniciação científica se mostram extremamente importantes para a continuidade na área de pesquisa, em que a Iniciação Científica desempenha o papel de apresentar para muitas destas estudantes a carreira acadêmica/científica, fornecendo uma oportunidade para que essas discentes possam vivenciar e decidir sobre seu futuro profissional. Mas independente da influência da IC, pode ser observado que, por mais que a desigualdade de gênero ainda seja uma grande questão nesse meio de atuação, a maioria das estudantes se sentem motivadas a continuarem suas carreiras acadêmicas/científicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, A G. **Mulheres ainda são minoria em cargos de liderança e na ciência**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3QvopLA>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- BENTO, A S. **Gênero e Diversidade na Ciência: Um Debate Necessário**. 2021. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Química, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- BEZERRA, R. **Exposição e roda de conversa encerram concurso cultural que incentiva participação de meninas na ciência**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3JQB6yq>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- BOEKHOUT, H.; WEIJDEN, I van D; WALTMAN, L. Gender differences in scientific careers: a large-scale bibliometric analysis. **Arxiv Preprint Arxiv:2106.12624**, The Netherlands, p. 1-31, jun. 2021. ArXiv. <http://dx.doi.org/10.48550/ARXIV.2106.12624>.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) (Brasil). **Programas Institucionais de Iniciação C&T**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3zTNkI7>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- DE KLEIJN, M, *et al*: **The Researcher Journey Through a Gender Lens: An Examination of Research Participation, Career Progression and Perceptions Across the Globe** (Elsevier, March 2020) Disponível em: www.elsevier.com/gender-report. Acesso em: 28 jul. 2022.
- GIATTI, M G; UBEDA, C L. A participação das mulheres em cargos de reitoria nas universidades federais brasileiras: a árdua trajetória rumo à igualdade de gênero. In: **XIII CASI - CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO**, 13., 2021, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [S.], 2021. p. 1-16.
- NAIDEK, N, *et al*. MULHERES CIENTISTAS NA QUÍMICA BRASILEIRA. **Química Nova**, [S.L.], v. 43, n. 6, p. 823-836, maio 2020. <http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20170556>.
- OLIVEIRA, A, *et al*. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do cnpq. **Configurações [online]**, [S.L.], n. 27, p. 75-93, 17 jun. 2021. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/configuracoes.11979>.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRISÕES: UMA EXPERIÊNCIA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

MARINA RODRIGUES CABRAL¹; TAINÁ VIANA²; THALES VIEIRA DOS
SANTOS³; AMANDA SALLET DE ALMEIDA E SILVA⁴; RAFAELA BELTRAMI
MOREIRA⁵; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – marinarcabral95@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vianathay@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – thales.vsant@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – amandasallet1@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – rafaela.bmoreira@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto Educação em Direitos Humanos nas prisões surgiu com uma perspectiva de fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, e destina-se ao ensino, em formato moderno e linguagem acessível, de conhecimentos básicos sobre a Lei de Execução Penal – LEP, bem como sobre Direitos Humanos, a pessoas em privação de liberdade. Nessa perspectiva, a educação proposta para os estabelecimentos de privação e restrição de liberdade tem por principal intenção a emancipação das pessoas em situação de vulnerabilidade social. SCARFÓ; BREGLIA; FREJTMAN (2011) defendem que a educação em unidades prisionais não deve ser vista como um “dispositivo de tratamento” ou uma “ação terapêutica”, e sim um direito que impacta de maneira favorável diretamente na melhoria da qualidade de vida dos(as) detentos(as) não somente enquanto dura seu aprisionamento, mas também na sua volta à sociedade e ao exercício de maiores e melhores direitos.

Aliado a isso, tem-se a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, assim como o estímulo a uma formação crítica e transformadora. O projeto é realizado em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, visando ao aprofundamento dos conhecimentos na área da execução penal, mediante a realização reuniões sobre temas relacionados à execução da pena e direitos humanos. Associado às atividades de extensão, são realizadas ações de ensino e pesquisa, através da iniciação científica, grupo de estudos, seminários e debates, os quais têm como tema as questões atuais sobre prisões e execução de pena.

A atividade tem por meta a elaboração de um material acessível, contendo informações úteis às pessoas privadas de liberdade não apenas durante sua passagem no cárcere, mas também quando estiverem em liberdade. O material será distribuído e apresentado pelos alunos participantes da iniciativa, em um primeiro momento, na unidade prisional de Canguçu/RS, tendo por objetivo alcançar, futuramente, outros presídios da região. Outros intuitos da proposta são promover o amplo acesso ao conhecimento de direitos e garantias no âmbito do sistema prisional em benefício das pessoas presas e em situação de vulnerabilidade; o desenvolvimento de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, especialmente a execução penal; o fomento do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais; a combinação da extensão com o ensino e a pesquisa, na tentativa de aprimorar a produção do conhecimento ao permitir a interação de

diversos atores (estudantes de graduação e pós-graduação, defensores públicos, público-alvo, e sociedade); e a realização de grupos de estudos e outras atividades de ensino sobre execução penal e direitos humanos, a fim de aprimorar as ações no âmbito do projeto de extensão.

A importância do projeto dá-se no cumprimento da função social das Instituições de Ensino Superior, na medida em que a academia devolve à sociedade o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento humanizado das pessoas em privação de liberdade. Nesse sentido, a educação configura essencial mecanismo de integração social para a efetivação da cidadania e materialização dos direitos humanos, gerando um despertar para seu papel social (GORCZEWSKI, 2010).

É dado grande enfoque na troca de experiências durante as atividades propostas, para que as e os extensionistas possam conviver com o público-alvo de maneira horizontal e que seja possível, assim, possibilitar a escuta destas pessoas que costumeiramente são silenciadas pelo sistema penal, todavia, que tem muito a contribuir, sobretudo oferecendo sua visão “de dentro”. À vista disso, por meio do diálogo na atividade extensionista, busca-se proporcionar amplo acesso à informação e construir um conhecimento alinhado com o saber popular e com relevância social.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio do método dedutivo que se deu através da revisão bibliográfica, bem como foi consubstanciado nos parâmetros dispostos no Manual da Liberdade, elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se trazer uma problematização, bem como uma reflexão, acerca do seguinte problema: “Como é possível pensar na educação como mecanismo de integração social para a efetivação da cidadania e materialização dos direitos humanos dos apenados no Rio Grande do Sul?”, levantando assim a possibilidade de ter a função social das Instituições de Ensino Superior cumprida, na medida em que a academia devolve à sociedade o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento humanizado às pessoas em privação de liberdade. Do mesmo modo, por meio do diálogo na atividade extensionista, buscar-se-á proporcionar amplo acesso à informação e construir um conhecimento alinhado com o saber popular e com relevância social.

Contudo, os resultados ainda estão em aberto, tendo em vista que a pesquisa aqui apenas foi iniciada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto “Educação em Direitos Humanos em contexto de prisão” encontra-se na fase de preparação do material educativo, que será desenvolvido junto às pessoas presas. Para tanto, tem-se como material de base a publicação “Manual da Liberdade – III Edição: informações para superar as dificuldades do cárcere em busca da liberdade”, desenvolvido pelo Núcleo de Defesa em Execução Penal da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. O material, de forma didática e acessível, discorre sobre os direitos e deveres da pessoa presa, com o fim de, através da educação, assegurar a dignidade de todo(a) preso(a) gaúcho(a). A partir desse material, os(as) estudantes, sob orientação do professor-coordenador e dos(as) defensores(as) públicos(as) participantes, estão desenvolvendo documentos próprios, enriquecidos através do aporte da academia pública.

Enquanto a publicação elaborada pela Defensoria Pública enfoca especialmente o aspecto jurídico destacado pela instituição que detém o dever de prestar a assistência jurídica integral e gratuita à pessoa presa, bem como fiscalizar a aplicação da pena ou prisão provisória, o material em elaboração pelo projeto também abrangerá a real dinâmica carcerária do sul do Brasil. Desse modo, abordar-se-á, de forma acessível, os atos administrativos desenvolvidos pela administração prisional gaúcha, bem como pelo juízo da execução penal local, e, ainda, o conjunto específico de regras e comportamentos não descritos na legislação formal, que são típicos do cárcere como um local de supressão de direitos.

Após a elaboração do material educativo, o qual também utilizará mídias alternativas, iniciar-se-á a fase de desenvolvimento das atividades junto aos presídios situados na Zona Sul do Rio Grande do Sul, momento em que os(as) estudantes realizarão rodas de conversa e compartilhamento de vivências com as pessoas privadas de liberdade e com os(as) agentes penitenciários(as). A primeira atividade será realizada no Presídio Estadual de Canguçu, penitenciária de pequeno porte (atualmente, com aproximadamente 60 presos no regime fechado ou em prisão preventiva), quando os(as) estudantes, professores, defensores(as) públicos(as), trabalhadores(as) do sistema prisional e pessoas privadas de liberdade poderão trocar experiências acerca do regime jurídico garantidor de direitos ao preso e a realidade do sistema penitenciário brasileiro. Espera-se, nessa fase, colaborar pelo desenvolvimento da cidadania de toda pessoa presa, que, ciente de seus direitos, poderá pleitear a concretização de sua dignidade no cárcere e se preparar para a vida em liberdade. Ao mesmo tempo, promover-se-á o senso crítico em estudantes e trabalhadores do sistema prisional.

Acredita-se, assim, no grande potencial da Universidade Pública de, por meio do compartilhamento de conhecimento, impactar as prisões, ambientes de maior violação de direitos da sociedade brasileira. A superação do cárcere enquanto “Estado de Coisas Inconstitucional” demanda que os presídios brasileiros sejam abertos ao ensino público superior, o qual, além de ser tocado pela realidade prisional, poderá, por meio da educação em direitos humanos, legar ferramentas para que as pessoas presas sejam protagonistas de suas histórias.

4. CONCLUSÕES

O projeto desenvolvido proporciona ganho exponencial à comunidade acadêmica, haja vista que o contato direto com a realidade do sistema penitenciário gaúcho, bem como a reflexão sobre educação em direitos humanos pensada junto ao cárcere, acarreta o fomento de uma atividade jurídica crítica, com cunho social e transformadora da realidade.

Para além disso, denota-se que os benefícios arguidos com a realização do projeto ultrapassam os muros da Universidade. Isso porque leva-se à comunidade externa o debate acerca da necessidade de emancipação da população privada de liberdade, através da educação voltada à promoção dos direitos humanos. Dessa forma, o impacto do projeto repercute na sociedade em geral, na medida em que estimula a necessidade de pensar o cárcere, mas principalmente frente às pessoas encarceradas e os agentes do sistema prisional.

Sendo assim, a atuação da atividade extensionista, em conjunto com os órgãos públicos responsáveis, é mola propulsora na garantia de uma execução penal adequada, que não se afasta de suas funções, as quais NUCCI (2021) define como sendo duas: função retributiva, que se caracteriza como um alerta gerado ao

agente infrator de que suas ações possuem consequências, que por sua vez devem ser proporcionais à gravidade do fato; função reeducativa/ressocializadora, que visa a oportunizar ao sentenciado outro olhar sobre seus conceitos e valores de vida, para que, querendo, altere o seu comportamento futuro.

Tem-se, portanto, que a iniciativa possui grande importância no cenário regional, porque, aproximando-se da realidade social de grupos em vulnerabilidade e privados da liberdade, e em parceria com órgãos da execução penal, como a Defensoria Pública, leva-se à Universidade a discussão das reais demandas da sociedade.

No cenário prisional brasileiro, onde há diária e aterradora supressão da dignidade humana, levar o debate acerca da garantia dos direitos humanos, bem como propiciar o conhecimento acerca dos direitos, e também dos deveres das pessoas privadas de liberdade, é contribuir para efetivação de um sistema punitivo mais digno e humano. Nesse viés, a promoção do projeto contribuiu para que se possa combater a banalização do mal vivenciada na realidade prisional brasileira, sentida como a atitude de desprezo do Estado e seus entes de optar politicamente por outras finalidades que não a garantia dos direitos fundamentais das pessoas presas (ALMEIDA; MASSAÚ, 2015).

Desta feita, para que a Universidade cumpra com o seu papel social, necessário que esteja comprometida com as demandas emergentes da sociedade, andando lado a lado com a comunidade e servindo a esta. Para isso, vislumbra-se através da atividade extensionista, como aqui se materializa por meio deste trabalho, a oportunidade de transpor o conhecimento produzido na comunidade acadêmica para além das suas salas de aula, contribuindo para a formação de um saber popular que vise a sanar as demandas e anseios sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B.R.; MASSAÚ, G.C. A normalidade do desumano: a banalidade do mal no sistema penitenciário brasileiro. **Derecho y Cambio Social**, v. 12, p. 1-16, 2015.

GORCZEVSKI, C. **Direitos humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de Hoje**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

NUCCI, G.S. **Curso de execução penal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SCARFÓ, F.; BREGLIA, F.; FREJTMAN, V. Sociedade civil e educação pública nos presídios: questões para reflexão. In: LOURENÇA, A.S; ONOFRE, E.M.C. (Orgs.). **Espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoque e perspectivas contemporâneas**. São Carlos, SP: EDUFCar, 2011, p. 147–165.

RODAS DE CONVERSA E TROCAS DE SABERES SOBRE RACISMO E TRANSFOBIA: MEIOS DE ACOLHER AS COMUNIDADES DENTRO DA ÁREA DA SAÚDE

ANA BEATRIZ GONÇALVES ARAÚJO¹; JULIA SILVEIRA LONGARAY²; ANDRÉ
LUIS DE AVILA CARDOSO³; RENATO FABRICIO DE ANDRADE WALDEMARIN⁴,
GLORIA MARIA GOMES DRAVANZ⁵, JULIO CESAR EMBOAVA SPANÓ⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – anabiaga1998@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – julias.longaray02@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – a.cardoso1992@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – waldemarin@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – gloria.dravanz@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – jcspano@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Levar em consideração as particularidades de uma pessoa ou grupo, faz parte do princípio de Integralidade do Sistema Único de Saúde, SUS (BRASIL, 2000). Humanizar e acolher geram vínculos (GUERRA et.al., 2014) entre os pacientes e profissionais, facilitando os processos de prevenção, promoção e tratamento em saúde.

A partir da pandemia da COVID-19, plataformas digitais de vídeos foram importantes meios de comunicação (NEVES, 2021). Para viabilizar e capacitar ao acolhimento dos diferentes grupos sociais organizamos palestras online no Youtube^{BR}. A intenção das palestras é permitir a interlocução entre minorias sociais e profissionais e estudantes de saúde, propiciando a capacidade de atendimento humanizada pelo setor público, das necessidades da população de maneira integral, ativa e preventiva.

O Projeto Integralmente realiza ações, campanhas e atividades para levar a discussão e a prática sobre direitos humanos e saúde à comunidade. Busca alcançar esses objetivos através dos seguintes meios: a) orientando os usuários dos serviços de saúde sobre o acesso a direitos e serviços; b) promovendo atividades de capacitação de profissionais e acadêmicos para reflexão acerca do contexto social a que pertencem e c) realizando pesquisa sobre inserção do tema nas publicações na área de saúde.

O objetivo do presente trabalho foi averiguar a abrangência, quantidade de participantes e visualizações bem como a quantidade de estudantes ou não estudantes das duas lives realizadas utilizando dados da própria plataforma Youtube^{BR} e do formulário de inscrição.

2. METODOLOGIA

O projeto desenvolve atividades de formação, acolhimento e de conscientização/promoção de saúde, procurando metodologias adequadas a cada intervenção. Ações de formação, objetivo do presente trabalho, se dão através de palestras e rodas de discussão sobre a sociedade e os diferentes recortes sociais, bem como sobre seus reflexos na saúde e vida das pessoas, fortalecendo e fomentando discussões, estratégias e divulgação sobre o acolhimento em saúde. Procuram estabelecer vínculos com a comunidade na busca de entender melhor suas necessidades, torná-la mais ciente de seus direitos e criar junto a ela soluções para seus demandas. Além disso, o projeto objetiva criar uma cultura voltada à extinção/diminuição das barreiras hierárquicas na proposição e efetivação da promoção de saúde, do

acolhimento e da discussão social, tanto no nível interno quanto externo ao projeto.

Compararam-se a primeira e a última publicação de vídeos no YouTube^{BR} pelo projeto. A primeira foi realizada nos dias 28/10/2022 e 04/11/2022 e intitulou-se *Escrivivências em Saúde*; e a última foi realizada em 13/07/2022 e intitulou-se *Transvivências*. Os dados das visualizações foram coletados no dia 03 de agosto de 2022.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1. Número de Participantes, Área de Atuação e Visualizações das Palestras

	Nº de inscritos	Área de atuação dos inscritos	Visualizações
Escrivivências	38	Estudantes 33(86,5%) Não estudantes 5(13,5%)	168
Transvivências	58	Estudantes 40(69%) Não estudantes 18(31%)	136

Os resultados da tabela 1 evidenciam que o maior público atingido no momento síncrono das palestras foi o de estudantes. É possível que isso se deva ao fato destas serem promovidas por uma instituição de ensino e pelo forte viés de divulgação via redes sociais e institucionais. Não temos controle sobre qual o público atingido após o momento síncrono, que é o maior público em números absolutos de visualizações das palestras. Salienta-se ainda, que o acesso à tecnologias móveis ainda é restrito à quem não possui muitos poderes aquisitivos (NEVES, 2021), fator predisponente e influenciador na abrangência maior do público acadêmico em nossas palestras e um número menor de participantes da comunidade em geral.

Do total de participantes inscritos, 60.41% se inscreveram na segunda palestra e isso representa um aumento, entre as palestras, de 20,83% no total de inscrições. Há indícios de que a participação síncrona é proporcional ao envolvimento dos palestrantes em movimentos sociais e na sua divulgação. Também contribuem nesse fim canais como redes sociais e a intensificação da divulgação nos dias imediatamente anteriores ao evento e a colagem de cartazes com a temática da palestra. A disponibilização dos vídeos no Youtube gerou bom número de visualizações após o evento. Observou-se que as atividades tiveram como público síncrono estudantes e profissionais de psicologia, enfermagem, direito, história, odontologia, e medicina, bem como professores e estudantes do ensino médio e membros de movimentos sociais, oriundos do RS, SP, PE, BA e RJ. Discute-se a contratualização via SUS, junto à prefeitura de Pelotas-RS, de atividades de formação em humanização e de torná-las parte do calendário anual de ações da coordenação de saúde odontológica da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo ABRASCO (2020), as disparidades em saúde são grandes quanto ao acesso, condições de saneamento, moradia e inserção no mercado de trabalho, vulnerabilidades social e econômica da população negra. Dados então exacerbados durante a pandemia da COVID-19, constando como o recorte populacional com maiores índices de mortalidade e infecções pela doença. Os

dados demonstram e reforçam a continuidade das desigualdades sociais históricas e racismo estrutural presente no país. Com isso, o papel das Universidades é de levar informação e educação sobre o que é racismo, cumprindo com o compromisso social e estudando meios de incluir a população negra, seja em âmbito social ou em acesso à serviços de saúde sob o princípio de Integralidade do SUS. Diante da pandemia COVID-19, meios de comunicação importante foram as redes sociais, sobretudo as plataformas que transmitem vídeos.

As conquistas da população transsexual tem sido recentes. Durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde da Organização das Nações Unidas, que ocorreu em 20/05/2019, a Transexualidade deixou de ser considerada transtorno mental, conforme consta da 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID), vigente desde 1990 (ONU, 2019). Tanto nos relatos em nossa palestra Transvivências, como na literatura, foi apontado que a transfobia e falta de respeito às pessoas LGBTQIA+, os afasta da procura por atendimentos no SUS, sendo este muitas vezes o único meio de acesso, já que tal recorte populacional apresenta vulnerabilidades econômicas e sociais. A falta de acesso aos serviços de saúde desta população leva-os também ao adoecimento e pouca qualidade de vida. Assim, cabe aos profissionais da saúde saber como a pessoa quer ser chamada socialmente, conhecer sobre conceitos, termos e seus significados, de maneira que acolham a população LGBTQIA+ e insiram-na nos cuidados à sua saúde (ROSA, 2019).

Dentre os preconceitos estruturais, a transfobia e o racismo tiveram destaque por terem casos de violência exacerbados durante a pandemia do covid-19. Além disso, as iniquidades de acesso e serviços de tais populações fizeram com que índices de mortalidade aumentassem no mesmo período (ABRASCO, 2020). Assim, importa que sejam fomentadas rodas de discussões acerca dos temas, em um espaço democrático onde as vivências e demandas das diversas populações que sofrem iniquidades sociais tenham visibilidade junto a estudantes e profissionais de saúde. E juntos, comunidades e Universidade, produzam meios para diminuir preconceitos de quaisquer tipos e maiores inserções da população nos meios de saúde com equidade.

4. CONCLUSÕES

De acordo com a metodologia empregada e os resultados obtidos parece lícito concluir que há interesse da comunidade universitária e da população em geral de se educar para a realização de acolhimento e humanização da saúde e que as visualizações evidenciam que os maiores números de observações ocorreram posteriormente à realização da transmissão ao vivo.

É imprescindível que as escolas da área da saúde capacitem seus alunos a acolher e inserir os diversos recortes sociais nos cuidados em saúde. Criar espaços de interlocução entre as populações minoritárias e os serviços de saúde e educação é de fundamental importância na busca por esse objetivo. Também é importante a educação de profissionais, estudantes e da própria comunidade buscando a promoção de direitos e combate às discriminações. Essas ações, fazem com que a Universidade se torne mais próxima da comunidade em geral, ouvindo suas demandas e fomentando, no âmbito interno e externo, o respeito às diferenças.

Destaca-se que em atendimentos nos serviços de saúde é imprescindível aos profissionais, proporcionarem à populações marginalizadas socialmente, respeito e ética, acolhendo suas singularidades sem distinções, para que estas sejam acompanhadas e lhes proporcionem inclusão nos serviços em saúde e qualidade de vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASCO. **População Negra e Covid-19. Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2021. 43 p. ISBN: 978-65-991956-7-9 DOI: 10.52582/PopulacaoNegraeCovid19. Acessado em 29 de julho de 2022. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/10/E-book_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf
- BRASIL. **Política Nacional de Humanização.** Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2013. Acessado em 18 de junho de 2021. Online. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf
- BRASIL. **Sistema Único de Saúde (SUS), princípios e conquistas.** Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Brasília-DF, 2000. Acessado em 23 de junho de 2021. Online. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf
- BUSS, P. M.; FILHO, A. P.; A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-93, 2007
- EMMERICH, A.; CASTIEL, L. D.; Jesus tem dentes metal-free no país dos banguelas? odontologia dos desejos e das vaidades. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.95-107, 2009.
- GUERRA, C. T.; et al. Reflexões sobre o conceito de atendimento humanizado em Odontologia. **Archives of Health Investigation** n.3, v.6, p.31-36, 2014.
- NEVES, V. N. S. et al. UTILIZAÇÃO DE LIVES COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DURANTE A PANDEMIA PELA COVID-19. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 42, e240176, 2021. Acessado 2 Agosto 2022, e240176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.240176>>. Epub 22 Mar 2021.
- ONU.** OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. Plataforma digital das Nações Unidas Brasil, Brasília, 06 jun. 2019. Acessado em 28 de julho de 2022. Online. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%ADdo%20no%20nascimento>.
- RABELLO, B. S.; **Espetacularização da saúde: a Odontologia enquanto dispositivo de alienação capitalista**, Pelotas, 2017. Acessado em 18 de junho de 2021. Online. Disponível em: pergamum.ufpel.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000b9/0000b97f.pdf
- SANTOS, L. A.; MEDEROS, J. F. S; A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado. **Espaço plural**. Mato Grosso, ano XII, n. 24, p.107-112, 2011
- ROSA, DF et al. Nursing Care for the transgender population: genders from the perspective of professional practice. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2019, v. 72, s 1. Acessado 28 Julho 2022. pp. 299-306. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0644>>. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0644>.
- SANTOS, M. P. A., et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**. 10 Jul 2020, v. 34, n.99. Acessado 29 Julho 2022. pp. 225-244. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>

ASSESSORIA CRIMINAL POPULAR E ACESSO À JUSTIÇA DAS FAMÍLIAS DAS PESSOAS VÍTIMAS OU AUTORAS DE CRIMES

ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS¹; MARIANA ZORZI MAINO²;
MARINÊS LOPES DE ROSA³; PEDRO HENRIQUE CASTANHEIRA⁴; RAFAELA
PERES CASTANHO⁵; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

Universidade Federal de Pelotas¹ – aads.dias@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas² – mari_zorzi@hotmail.com
Universidade Federal de Pelotas³ – mlopesderosa@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas⁴ – pedrohcastanheira@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas⁵ – rafapcastanho@hotmail.com
Universidade Federal de Pelotas⁶ – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto se destina a uma assessoria jurídica, instrumentalizada na efetivação e proteção de garantias processuais, com relevo às ciências criminais que figuram na interdisciplinaridade construída entre o aprendizado prático e teórico ao estudante de direito. A atuação se destina a oportunizar aos estudantes uma preparação profissional pautada num olhar crítico e reflexivo, mas também imersa na responsabilidade social ao acesso a uma ordem jurídica justa, ao respeito aos direitos humanos e ao enfoque na população vulnerável. Assim, através de debates, grupos de estudos e seminários, o projeto semeia a importância do aluno de se enxergar como agente transformador e emancipatório social, em especial frente ao contexto de precarização da população.

Ademais, a proposta do DEFENSA vem de encontro com a interligação proporcionada entre o tripé indissociável, qual seja o ensino, pesquisa e extensão à formação acadêmica do discente. Ao passo que, absolvido o conhecimento sistematizado, direciona a produção do conhecimento a uma aplicação extensionista, de forma ética e autônoma, em respeito aos alicerces da Universidade e seu caráter público, gratuito e de qualidade. E isso se faz necessário na verificação do público para qual o projeto se dirige, isto é, a população em situação de vulnerabilidade e marginalização da cidade de Pelotas. Neste sentido, além de cumprir um assessoramento a pessoa presa, exerce importante papel na compreensão da relação dos seus familiares com o processo de aprisionamento no Brasil. Seja no incentivo de orientação assistencial e jurídica aos familiares, a fim de criar mecanismos de exigibilidade de direitos ou apenas na reflexão de um contato consciente e informativo, com uso de uma linguagem popular que se atenta à falta de visibilidade às experiências sofridas.

Ademais, recebe destaque a assistência a vítima de crimes, por sua vez é público que muitas vezes tem contato com crimes graves e violentos, necessitam de indicação de redes de apoio e acolhimento psicológico, social e de saúde, bem como, na figura da participação do projeto como assistente à acusação no processo penal, quanto à representação do ofendido(a) e auxílio ao órgão acusador.

2. METODOLOGIA

A dinâmica do DEFENSA - Assessoria Criminal Popular ocorre por meio do atendimento e do acompanhamento de processos na área criminal da comunidade pelotense. Durante a pandemia, os atendimentos permaneceram na

modalidade *online* e atualmente, com retorno das atividades presenciais, o polo de atuação foi deslocado para o Campus II da Universidade Federal de Pelotas, com atendimentos presenciais. Os interessados podem ingressar com uma solicitação de atendimento, através do preenchimento de um formulário – disponibilizado no Campus e, também, online –, que serão respondidas em até sete dias, com as orientações cabíveis a cada caso. Os integrantes do projeto são divididos em grupos, formados por, pelo menos, um advogado e discentes da graduação – todos atuam de forma voluntária. Cada grupo é responsável pelos processos em andamento e se dividem quanto às novas solicitações.

Além do ajuizamento e acompanhamento processual, o projeto também promove debates de temas relacionados ao Direito Penal, Processual Penal, Legislação Penal e outros correlatos, na modalidade oficina e seminários. Também são realizados estudos dirigidos de casos práticos, análise de artigos e revisões bibliográficas, que promovem um liame entre prática e teoria criminal servindo de autorreflexão para os integrantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, o acesso à justiça pode ser enquadrado em duas premissas básicas, relativos à reivindicação de seus direitos e/ou a resolução de seu conflito sob égide do Estado. Logo, pressupõe um acesso igualitário a todos e, conseqüentemente, deverá produzir seus resultados em âmbito individual e coletivo de forma justa. Posto que o enfoque seja basilamente na questão do acesso a todos, não elimina-se o segundo, pois a premissa fundamental abarcada pelas sociedades modernas será de que a justiça social por certo pressupõe o acesso efetivo (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p.7).

Salienta-se que a assistência jurídica, em âmbito internacional, detém como fundamento o princípio de que todos são iguais perante a lei e que são direitos assegurados a audiência justa e pública, o direito a ser ouvido, a figura do juiz ou tribunal independente e imparcial, o direito de se defender diretamente ou constituir procurador de sua escolha, dentre outras importantes prerrogativas. Já em âmbito nacional, as assistências jurídicas encontram respaldo no disposto pelo artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal de 1988, bem como diante da solidariedade inerente ao Estado Democrático Social e prevista no artigo 3º, da referida lei. A Constituição Federal também prevê, em seu artigo 134, a institucionalização da Defensoria Pública, que compõe instituição essencial à função jurisdicional do Estado, sendo base para promoção e efetivação das garantias processuais às pessoas carentes. Por fim, no âmbito legislativo podemos ver a incidência da temática através do advento da Lei Federal nº 1.060/50, que estabelece em seu artigo 4º que "os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente Lei".

Com efeito, a assistência jurídica abarca além de um direito subjetivo público, a salvaguarda de garantias processuais, como pode-se destacar, a título de exemplo, a plenitude de acesso à justiça e o direito ao exercício da defesa (ALMEIDA, 2014, pp. 85). Logo, a assessoria jurídica universitária popular vai além e alcança uma dimensão ainda maior que a assistência jurídica por si só, pois cria uma cultura que contém artifícios diversificados e promotores de um acesso à justiça efetivo desde a formação profissional. Neste sentido, destaca-se a opinião de Boaventura de Souza Santos (2011, p. 51), seria uma "diversificação do atendimento e da conduta jurídica para além da resolução judicial dos litígios,

através da conciliação e da resolução extrajudicial de conflitos e, ainda, atuação na educação para os direitos".

As assessorias jurídicas universitárias populares realizam a assistência jurídica, produzindo um encontro entre ensino, pesquisa e extensão, rumo à estruturação de uma praxe variada e multidisciplinar. Juntamente, auxiliam na reconstrução crítica do direito, da justiça e do ensino jurídico hegemônicos e, simultaneamente, ressignificam o papel social da universidade, pois criam “gatilhos pedagógicos” nos discentes ao terem esse contato direto com questões socialmente mais sensíveis. Logo, o estudante torna-se protagonista do processo de ensino e aprendizagem pautados nesse diálogo com a sociedade (SANTOS, 2011, p. 61).

No paradigma do Estado Democrático de Direito, sendo um sistema agora limitado e condicionado, em conformidade com a legislação nacional e com as demais ratificadas pelo nosso ordenamento, a assistência e assessorias jurídicas recebem caráter de direito fundamental. Nessa perspectiva, Ingo Wolfgang Sarlet (2009, p. 58) dispõe que dimensão dos direitos fundamentais constitui “portanto, noção intimamente agregada à compreensão de suas funções e importância num Estado de Direito que efetivamente mereça ostentar este título”. Centrado na dignidade da pessoa humana, percebe-se como supraprincípio, orientativo de todo ordenamento jurídico (ALMEIDA, 2014, p. 92). Dessa forma, alcançado patamar de preceito constitucional, repercute nas esferas, a saber: contraditório, ampla defesa, juiz ou tribunal independente e imparcial, publicidade dos atos processuais, duração razoável do processo, motivação das decisões, tratamento igualitário às partes envolvidas no processo, dentre outros.

Cumprido ressaltar, o importante papel do projeto na reflexão dos impactos da sanção penal aos familiares das pessoas presas, visto que a pena sempre transcende o autor do delito. A família é significativa na reintegração social da pessoa presa, sendo ela uma das principais precursoras da construção do indivíduo na sociedade. Conforme ressalta Wolf (2005, p. 34), versa que a família “repercute no cumprimento da pena, pois sua presença representa a manutenção de vínculos sociais e é um recurso frente às limitações materiais, administrativas e jurídicas existentes na prisão”. Dessa forma, aborda-se essa assessoria e orientação aos familiares das pessoas presas, por meio de uma abordagem crítica da criminologia e da política criminal brasileira.

Como também, constitui-se no atendimento às vítimas de crimes, no qual encontra respaldo na Declaração sobre os Princípios Fundamentais de Justiça para as Vítimas de Delitos e do Abuso de Poder, emitida na Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1985. Por sua vez, sendo público que encontra-se muitas vezes em posições delicadas no processo penal, por isso importa potencializar uma assistência humanizada, com direito à informação, orientação e aconselhamento jurídico com sua participação e indicação de redes de apoio, que visem à reestruturação moral, psíquica e social da vítima de crimes.

Logo, conforme destaca Tomessani (2022), dispõe que “o atendimento adequado à vítima neutraliza o desejo de vingança e o justicamento, desejo este que a joga e/ou seus familiares próximos em uma espiral de rancor e medo”. Por último, destaca-se a posição exercida pelo projeto como assistente à acusação na representação do ofendido(a), fazendo valer uma prerrogativa do processo penal, que poderá ocorrer em qualquer momento da ação penal, desde que ainda não tenha havido o trânsito em julgado como colaborador do órgão acusador.

4. CONCLUSÕES

Em síntese, o projeto DEFENSA, antes mesmo de se pensar em acesso à justiça, constitui mecanismo de efetivação de garantias processuais. Por meio da atuação prática, extramuros e interdisciplinar, promove um maior contato do estudante com a situação de vulnerabilidade social e prática jurídica penal. Com efeito, desenvolve no estudante a preocupação com a causa individual ou coletiva trabalhada, não limitando-se ao estágio obrigatório ou tomando para si o lugar resguardado pela Defensoria Pública.

Além disso, ao propiciar a interação entre pesquisa, ensino e extensão, gera uma verdadeira crítica à visão hegemônica do direito, do acesso à justiça e da educação jurídica. Busca, ao revés, criar uma cultura jurídica e judiciária de acesso ao direito e à justiça, sendo seu objeto central às pessoas carentes. Dessa maneira, a assessoria jurídica universitária popular serve como instrumento de acesso ao devido processo legal, tanto relacionado ao justo acesso, quanto ao esforço de amenizar os impactos da desigualdade social.

Como ainda, relaciona-se com assistência e acesso a direitos aos familiares e vítimas de crimes, sendo um público que necessita de atenção e acolhimento jurídico humanizado. Com efeito, gera ao discente uma autorreflexão de suas atividades, a fim de que sejam pautadas no compromisso social e na tentativa de ações verdadeiramente transformadoras de realidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruno Rotta. **Assessoria Universitária Popular como Instrumento Protetor do Devido Processo Penal**. Jacarezinho: Argumenta-UENP. Nº 21, pp. 83-100, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto alegre, fabris, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TOMESANI, A, M. **Assistência às vítimas de crime no Brasil e no mundo**. Disponível em:
<https://iree.org.br/assistencia-as-vitimas-de-crime-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

WOLF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão: Emergência e Injunção de controle social**. Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2005.

PREENCHIMENTO DE VAZIOS INSTITUCIONAIS, A PARTIR DE COCRIAÇÕES DE INOVAÇÕES SOCIAIS

JULIA BEHLING DE CASTRO¹; JULIE MARTINS DE SOUZA²; MARIA EDUARDA VAZ FERRAZ³; GREICI MAIA BEHLING⁴; LARISSA MEDISNEIRA BOLZAN⁵

¹Universidade Federal de Pelotas– juliacaastrobehling@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas– souza.martins@outlook.com

³Universidade Federal de Pelotas– duda.vazferraz@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas– bio.gre@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas– larissambolzan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um problema social e de saúde pública, que se alastra pelo mundo como uma epidemia (MAÇASTENA, 2019; UBILLOS-LANDAA *et al.*, 2020), e as Instituições que coexistem na sociedade não conseguem, por inúmeros motivos, apresentar soluções para tal problema social. Cabe tornar claro que a violência de gênero pode ocorrer sob forma de agressão física, sexual, psicológica, emocional e perseguição (SALTZMAN *et al.*, 2002; MONTERROSA, 2019).

O desenvolvimento de tecnologias sociais contra a violência de gênero se justifica, em especial, devido ao aumento exponencial no número de casos (LIMA; MATTAR; ABRAHÃO, 2016). Sobretudo, nos anos de 2020 e 2021, o crescimento no número de casos alcançou números jamais vistos, porque a pandemia decorrente do COVID-19 obrigou mulheres (cis/trans) e meninas (cis/trans) permanecerem mais tempo sob o mesmo teto de seu agressor. Em 2020, segundo dados das plataformas do Ligue 180 e do Disque 100, foram registradas 105.821 denúncias de violência contra a mulher. Além disso, dados do 14ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que houve alta de 1,9% nos feminicídios e de 3,8% nos chamados para atendimento de violência doméstica feitos ao 190 no primeiro semestre de 2020 em comparação a igual período de 2019.

Nesse contexto, identifica-se um vazio institucional acerca da violência de gênero. Isso significa dizer que as instituições que coexistem na sociedade não são completamente eficientes em se tratando da resolução de problemas referentes à violência de gênero ou articulam-se de maneira disfuncional para o desenvolvimento de soluções das referidas questões (AGOSTIN, 2017). Sob as lentes de Agostini (2017), tecnologias sociais ou inovações sociais capazes de preencher determinado vazio institucional tendem a ser transformador quando são desenvolvidas ou cocriadas pela interação de atores locais. Nesse sentido, a autora complementa que, quando problemas que geram o vazio institucional e a solução que o preenche acontecem na mesma localidade, os mesmos fatores atravessam ambos.

Importante tornar claro que o conceito de Tecnologia Social (TS) está intrinsecamente associado aos valores humanos (LAYTON, 1988). Nesta investigação, considera-se TS como um produto, uma técnica/método, ou ainda, um processo que resulta na solução de algum problema social, com potencial transformador na sociedade, sem a proposta de descaracterização de sua cultura (FREITAS; SEGATTO, 2013). As TS são desenvolvidas por um processo de cocriação, nesse processo o ator principal é a sociedade onde ela será, futuramente, implementada (DAGNINO, 2011).

No caso do Projeto Mais Juntas, a cocriação de Tecnologias Sociais se dá em um Living Lab (LL), considerando esse um orquestrador de atores com objetivo de resultar inovação social e de tecnologias sociais. Torna importante lançar luz sobre o

conceito de Living Lab, de acordo com a *European Network of Living Labs* (ENoLL), Living Lab são “Ecosistemas de inovação abertos, centrados no usuário, com base na abordagem sistemática de cocriação” (ENOLL, 2020, p.1).

Assim, este resumo tem como objetivo apresentar a formação e os resultados do Living Lab Mais Juntas que tem como motivo de sua existência “cocriar tecnologias sociais de enfrentamento da violência de gênero”. Este resumo está dividido em Introdução, onde foi apresentado o tema, a importância de trazer este tema a pauta e esclareceu-se o objetivo. A seguir o método eleito para construir o artigo. Na sequência é apresentado os resultados obtidos e, por fim, a conclusão.

2. METODOLOGIA

A busca por atores para constituírem o LL iniciou em março de 2020. De março a abril de 2020, foram feitos mais de 200 contatos, via e-mail, com diversas instituições da cidade de Pelotas. Observou-se poucas respostas positivas.

Depois de constituído o LL Mais Juntas, para a cocriação de tecnologias sociais foi adotado o método *Design Sprint*, que é um método de cocriação rápido e eficiente, o qual apresenta resultado em cinco dias (no caso do LL Mais Juntas, cinco encontros), sendo que cada um se refere a uma fase: mapeamento, elaboração, decisão, prototipagem e teste – todas as etapas com foco em usuário (GOOGLE VENTURES, 2018).

Assim, foram programados cinco (5) encontros com os atores, todos com um propósito central. As reuniões ocorreram através de plataforma *online* Webconferência, com duração máxima de uma hora e trinta minutos (1h30min) e com intervalo de duas semanas entre cada encontro. A Reunião 1 teve como objetivo a definição de dois problemas a serem solucionados por tecnologias sociais cocriadas pelo LL. A Reunião 2 serviu para cocriar uma tecnologia social e a Reunião 3 cocriou a segunda tecnologia social. Na Reunião 4, foi realizada a apresentação de um protótipo e, finalmente, a Reunião 5 foi destinada ao teste/validação das tecnologias sociais com as protagonistas (mulheres) por meio do Teatro Fórum.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Mais Juntas, juntamente com outros sete atores locais, constituiu um Living Lab no primeiro semestre do ano de 2020. Com vistas a sumarizar os resultados, foi construída a Figura 01. Na referida figura são explicadas as tecnologias sociais cocriadas, sendo quatro tecnologias sociais de natureza paliativa e duas preventiva.

Figura 01 – Inovações Sociais cocriadas

Inovação Social Cocriada	Descrição
	Maria Ada da Silva é uma inovação social cocriada com o intuito disseminar informações acerca da violência de gênero. O nome Maria Ada da Silva faz referência a Ada Lovelace, a matemática que criou o primeiro algoritmo.
	Chatbot para o aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp com o objetivo de oportunizar que uma potencial vítima de violência psicológica de gênero possa identificar o quão grave é a violência psicológica que está sofrendo e tenha informações sobre onde buscar ajuda.

	<p>Escolhinha de Podcast com os alunos do oitavo e nono ano, com vista s disseminar informações sobre violência de gênero para o ambiente formal de ensino. Para construção de cada episódio será ensinado como fazer pesquisas e construir um protocolo de entrevistas</p>
	<p>As Campanhas iniciam em Agosto (Lilás) e conta com caixas de coleta personalizadas em pontos físicos na cidade de Pelotas, acompanhadas da arte e cartazes da campanha para informar do que se trata. Em 2021, o Projeto arrecadou cerca de 30 mil absorventes higiênicos que foram doados para menstruantes em situação de vulnerabilidade.</p>
	<p>Trata-se de um grupo de leitura e reflexão que une mais de 80 mulheres e acontece quinzenalmente via webconferência. Em 2022 a leitura proposta é a do livro Mulheres que correm com Lobos, de Clarissa Estés.</p>
	<p>O objetivo principal é a reinserção de mulheres no mercado de trabalho. A principal ação é uma campanha que visa arrecadar roupas femininas a serem doadas a mulheres que estejam fora do mercado de trabalho. Outra ação é a oferta de workshop sobre confecção de currículo, além da ajuda na preparação deste, e mercado de trabalho.</p>
	<p>Trata-se de um novo Projeto que visa potencializar o interesse de mulheres e meninas na formação de áreas em que atualmente estão subrepresentadas, como em ciências, tecnologias, engenharias e matemática e com isso aumentar a participação das mulheres nas referidas carreiras e mercado de trabalho. É um movimento que ocorre nas redes sociais e junto as escolas públicas de Pelotas.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Ratifica-se que as inovações sociais cocriadas no Living Lab Mais Juntas são inovações abertas, assim como ensinam Hossain, Leminen e Westerlund (2018). Quanto a apropriabilidade da inovação, a inovação aberta permite que todos atores tenham acesso e sejam capazes de se apropriar dos benefícios.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa mostrou que em ações de extensão a Universidade é capaz de orquestrar o processo de cocriação de inovações sociais. As referidas inovações são essenciais para o preenchimento de vazios institucionais na sociedade. No caso do LL Mais Juntas, todas ações foram organizadas e as reuniões mediadas pela professora coordenadora do Projeto Mais Juntas. Cabe destacar que a organização e a condução dos processos de cocriação foram destacados como pontos positivos do living lab pelos atores que dele fizeram parte.

Para condução das ações de extensão, o Projeto Mais Juntas utilizou o método de cocriação *Design Sprint*, que possibilitou mobilidade de conhecimento manutenção da estabilidade da rede e comunicação horizontal. Acerca do método, por meio desta pesquisa, foi verificado que o método de cocriação *Design Sprint*, geralmente utilizado para cocriação de tecnologias digitais, também pode ser utilizada para cocriação de inovações sociais. Ainda vale destacar a construção do capital relacional observada em diversos momentos (KALE; SINGH; PERLMUTTER, 2000).

Por fim, lança-se luz sobre a temporalidade, o living lab Mais Juntas após cumprir seu papel, encerrou suas atividades, tal como explora Laminen *et al.* (2012). Como se fosse uma edição que teve sucesso. Os atores, embora tivessem ficados satisfeitos com a construção do capital relacional, com a troca do conhecimento e com as tecnologias cocriadas, afastaram-se, ainda que mantenham boa relação.

Para pesquisas futuras, sugere-se estudo e desenvolvimento de estratégias para superar os desafios aqui expostos, além de estudo para viabilizar o desenvolvimento de indicadores de desempenho de um living lab.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MAÇASTENA, A. Gender-Based Violence in Kosovo. **Acta Universitatis Danubius**, Romênia, v.15, n.1, 2019.
- MONTERROSA, A. E. How Race and Gender Stereotypes Influence Help-Seeking for Intimate Partner Violence. **Journal of Interpersonal Violence**, Universidade de Washington, EUA, p.1-22, 2019.
- LIMA, L. H. M.; MATTAR, R.; ABRAHÃO, A. R. Domestic Violence in Pregnant Women: A Study Conducted in the Postpartum Period of. **Journal of Interpersonal Violence**, Universidade de Washington, EUA, v.34, n.6, p.1183- 1197, 2019.
- AGOSTINI, M. R.; **O Processo de Inovação Social Como Resposta aos Vazios Institucionais: Uma análise multidimensional em diferentes contextos sociais**. 2017. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.302- 320, 2014.
- DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- LANDAA, S. U.; MARTÍNEZ, A. P.; CASTRO, J. L. G.; GONZÁLEZ, S. N. You Belong to Me! Meta-Analytic Review of The Use of Male Control and Dominance Against Women in Intimate Partner Violence. **Aggression and Violent Behavior**, v.53, n.101392, p.1-13, 2020.
- SALTZMAN, L. E., FANSLOW, J. L., MCMAHON, P. M., & SHELLEY, G. A. (2002). **Intimate partner violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements**. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control, 2015.
- GOOGLE VENTURES. **The Design Sprint**. c2018. Disponível em: <<http://www.gv.com/sprint/>>.
- HOSSAIN, M.; LEMINEN, S.; WESTERLUND, M. A Systematic Review of Living Lab Literature. **Journal of Cleaner Production**, Holanda, v.213, p.976-988, 2019.
- LAYTON, D. Revaluing the T in STS. **International Journal of Science Education**, Reino Unido, v.10, p.367-378, 1988.
- European Network of Living labs (ENoLL). **About us**. 2020. Disponível em: <<https://enoll.org/about-us/>>
- KALE, P., SINGH, H., PERLMUTTER, H. Learning and protection of proprietary assets in strategic alliances: building relational capita. **Strategic Management Journal**, v.21, p. 217-237, 2000.

BALCÃO VIRTUAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO A FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS: UMA VIA DE ACESSO À JUSTIÇA E AOS DIREITOS NA EXECUÇÃO PENAL

VIVIAN DINIZ DE CARVALHO¹; TAINÁ VIANA²; MARIANA ZORZI MAINO³;
MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA SILVA⁴; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA⁵;
BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – carvalhovivian99@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vianathay@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mari_zorzi@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – dantasmDOS@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – rafaela.bmoreira@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Segundo SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO (2016) a prática profissional com interação direta com a comunidade possibilita, de modo geral, a conversação de conhecimentos e formação de novos saberes para solucionar problemáticas, viabilizando a estruturação do aprendizado e o aperfeiçoamento das habilidades profissionais e humanitárias. Visando à construção de profissionais críticos e humanizados, o Balcão Virtual desenvolvido dentro das atividades da Clínica Jurídico-Penitenciária surgiu com uma perspectiva do fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, e destina-se ao atendimento de pessoas em privação de liberdade e seus familiares, aliado à complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como também de participantes externos (voluntários e profissionais) cadastrados no projeto de extensão, no âmbito das disciplinas Direito de Execução Penal (Faculdade de Direito) e Política, Penalidade e Exclusão Social (Programa de Pós-Graduação em Direito).

Para ALMEIDA (2019), a consagração de direitos fundamentais – como os princípios da dignidade e humanidade – ao status de norma constitucional não deu cabo ao caráter tirano do poder punitivo, ainda mais em um cenário como o brasileiro, no qual a aplicação sistemática do sofrimento cruel é nuclear ao sistema. Visando a atuar dentro do contexto em questão, em parceria com a Frente dos Coletivos Carcerários e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Balcão Virtual tem como objetivo alcançar o público alvo dentro da execução penal de todo o Estado do Rio Grande do Sul da melhor forma possível. A Frente dos Coletivos Carcerários é uma associação civil, formada por familiares de pessoas presas e egressos do sistema carcerário, que objetiva atender dentro dos estabelecimentos prisionais de todo o Estado, com perspectiva central de dar protagonismo aos familiares dos apenados e egressos, fornecendo-lhes ferramentas para potencializar sua voz e direitos. Nesse sentido, dentro da parceria elaborada com os graduandos, mestrandos e demais profissionais atuantes no projeto, a Frente se encontra como intermediária entre as atividades do Balcão e os familiares, viabilizando a realização de atendimentos e esclarecimento de dúvidas de forma remota, acompanhamento processual e peticionamento.

ZAFFARONI (1991) defende a necessidade da construção de uma abordagem capaz de reduzir a vulnerabilidade, no intuito de tornar a prisão menos degradante, viabilizando que em uma ação conjunta, com a atuação comunitária,

seja possível fortalecer os indivíduos frente ao poder punitivo e a opressão do sistema penal. Assim, pela parceria estabelecida com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, visa-se ao aprofundamento dos conhecimentos na área da Execução Penal, mediante a realização de atividades de acompanhamento processual, elaboração de petições, reuniões para discussões relacionados à temática, e demais ações necessárias ao desenvolvimento da prática forense, como audiências e reuniões acerca dos processos de execução criminal e demandas advindas dos atendimentos realizados com familiares das pessoas presas. Aliado às atividades de extensão, são realizadas ações de ensino e pesquisa, por meio de iniciação científica, grupo de estudos, seminários e debates, os quais têm como tema as questões atuais sobre prisões e execução de pena.

O projeto tem por metas a realização de assessoria jurídica em favor de pessoas privadas da liberdade e seus familiares; o incremento do acesso à justiça no âmbito do sistema prisional em benefício das pessoas presas e em situação de vulnerabilidade; o desempenho de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal; o fomento do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais; a realização de atividades acadêmicas (Congressos, Debates, Oficinas, Cursos e Palestras) voltadas à capacitação e formação de agentes qualificados e envolvidos com o compromisso social e os direitos humanos em ambientes prisionais; a conciliação da extensão com o ensino e a pesquisa, na tentativa de aprimorar a produção do conhecimento ao permitir a interação de diversos atores (estudantes de graduação e pós-graduação, voluntários, advogados e outros profissionais, defensores públicos, público-alvo, e sociedade); a realização de grupos de estudos e outras atividades de ensino sobre Execução Penal e Direitos Humanos, a fim de aprimorar as ações no âmbito do projeto de extensão; e a produção científico-acadêmica, como livros, artigos, resumos e relatórios sobre os resultados do projeto.

2. METODOLOGIA

O projeto do Balcão Virtual foi realizado por meio do método dedutivo, através da revisão bibliográfica, bem como consubstanciado nas diretrizes propostas pela Frente dos Coletivos Carcerários e pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Decorreu de uma reflexão e da seguinte problematização: “Como é possível promover uma assessoria jurídica eficiente à pessoas privadas de liberdade e seus familiares no sistema carcerário do Rio Grande do Sul?”. Levanta, assim, a possibilidade de ver cumprida a função social das Instituições de Ensino Superior, na medida em que a academia devolve à sociedade o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento e assistência jurídica humanizada às pessoas em privação de liberdade e seus familiares, do mesmo modo que por meio das Comissões compostas por familiares de presos e egressos do sistema prisional, é possível constatar a contribuição desses para o acesso aos direitos e à justiça, propriamente dita, pelas pessoas em privação de liberdade. É através de tais Comissões, em parceria com a atividade extensionista, que se convive com o público-alvo de forma horizontal para que seja possível oportunizar a escuta destas pessoas.

Por se tratar de um projeto de extensão cujo plano de trabalho está em andamento, os resultados ainda estão em aberto, tendo em vista que a execução está recém iniciada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho possibilita a aproximação dos estudantes de graduação e pós-graduação com a realidade das pessoas presas e seus familiares, promovendo a interdisciplinaridade entre teoria e prática através do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas. O projeto proporciona à comunidade acadêmica a análise de situações concretas por meio do atendimento a familiares de pessoas encarceradas, associado a atividades de pesquisa teórica, promovendo, assim, uma ampliação do conhecimento sobre execução penal, penalidade e vulnerabilidade social.

A importância do projeto em comento reside na efetivação do papel da Universidade dentro da sociedade, ao passo que as Instituições de Ensino Superior são capazes de devolver o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento humanizado das pessoas em privação de liberdade e seus familiares. Abordando a integração social, VANNUCHI (2004) aponta para a relevância da receptividade da Universidade para a comunidade, possibilitando a inserção de saberes sociais dentro da academia. Ainda, há a preocupação de fazer com que, nas atividades, as e os extensionistas possam conviver com o público-alvo de forma horizontal e que seja possível, assim, oportunizar a escuta destas pessoas que costumeiramente são silenciadas pelo sistema penal, entretanto, tem muito a contribuir, sobretudo oferecendo sua visão “de dentro”. Dessa forma, através do diálogo na atividade extensionista, construir conhecimento alinhado com o saber popular e com relevância social.

Dessa forma, será possível examinar as dificuldades de acesso aos direitos e à justiça enfrentadas pelas pessoas em situação de privação de liberdade e por seus familiares. Permitirá, inclusive, analisar a atuação da Frente dos Coletivos Carcerários, a qual é composta por Comissões locais organizadas pelos(as) familiares de pessoas encarceradas, assim como por egressos do sistema prisional.

Com efeito, a atuação dos personagens da justiça, principalmente dos advogados, é essencial – senão indispensável – para garantir o acesso efetivo à justiça, principalmente àqueles que não possuem condições de custeá-la; os métodos para promover a assistência judiciária se apresentam como vitais (CAPPELLETTI; GARTH, 1988). Nesse contexto, as dores do encarceramento, por sua própria natureza, implicam restrições referentes à limitação de espaço, impossibilidade de deslocamento, impossibilidade de convívio familiar e social, além de sujeição a condições sanitárias e alimentares precárias, de forma que os familiares das pessoas encarceradas acabam suprindo algumas falhas do fornecimento estatal juntamente a voluntários. Providenciam comida, vestimentas, roupas de cama, produtos de higiene, além de serviços legais e médicos (DARKE; KARAM, 2016). Assim, com a consolidação do projeto, as pessoas em privação de liberdade e seus familiares serão beneficiados, principalmente, pela colaboração da Universidade Federal de Pelotas para a efetivação dos direitos e do acesso à justiça das pessoas encarceradas por meio do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas.

A principal contribuição aos estudantes de graduação e pós-graduação participantes do projeto é a oportunidade a eles conferida para ampliarem seus conhecimentos através de uma atividade que envolve a interação da teoria com a prática, mediante a cooperação entre academia e os familiares de pessoas encarceradas para a efetivação dos direitos e do acesso à justiça dos mesmos. Ainda, como resultados esperados, pretende-se alcançar a promoção de direitos e

acesso à justiça das pessoas encarceradas e seus familiares, através do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas; ampliar a formação dos estudantes de graduação e pós-graduação, por meio do acompanhamento e análise de situações concretas com o atendimento de familiares de pessoas em situação de privação de liberdade; promover conhecimento através da pesquisa; e realizar ações sociais sobre o tema, tais como Debates, Oficinas e Palestras, com a participação de estudantes, docentes, voluntários e profissionais.

4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento da atividade extensionista no Balcão Virtual intenta, através da parceria com a Frente dos Coletivos Carcerários e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, contribuir com a comunidade local e produzir importantes acúmulos para a transformação democrática do cenário penitenciário e para o respeito aos direitos humanos e fundamentais das pessoas apenadas. A extensão universitária é, portanto, meio importante de desenvolvimento acadêmico das e dos estudantes, na medida em que o aprendizado acontece de forma prática e em colaboração com a comunidade. Portanto, como principais saldos, podemos destacar a prestação devolutiva produzida pela academia em forma de serviço público e socialmente referenciado que contribui com os laços da comunidade local e valoriza a participação popular; o crescimento acadêmico e enriquecimento humano das e dos estudantes; além da valorização de um espaço de escuta e valorização das pessoas apenadas e suas famílias.

Assim, o Balcão Virtual coloca-se como uma possibilidade de lugar de escuta e aconselhamento sobre direitos das pessoas apenadas e suas famílias, na medida em que também intenta contribuir com o fortalecimento de uma comunidade acadêmica mais humanizada e socialmente referenciada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Bruno Rota. Prisão e desumanidade no Brasil: uma crítica baseada na história do presente. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 74, pp. 43-63, jan./jun. 2019. Acessado em: 14 ago. 2022. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2026>.
- CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- DARKE, S.; KARAM, M.L. Latin American Prisons. In: BENNETT, J.; CREWE, B.; JEWKES, Y. (Orgs.) **Handbook on Prisons**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- SANTOS, J.H.S.; ROCHA, B.F.; PASSAGLIO, K.T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Acessado em: 16 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087/pdf>.
- VANNUCCHI, A. **A Universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.
- ZAFFARONI, R. **A Filosofia do Sistema Penitenciário**. Buenos Aires: Cuadernos de la Cárcel. 1991.

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (ALM) E A FAIXA DE FRONTEIRA

KAI MARQUES¹; LIARA LUIZA DURIGON POZZOBON²
PAOLA DE MORAES MEINE³; ROBERTA NUNES NOGUEZ⁴; FERNANDA DE
MOURA FERNANDES⁵; SILVANA SCHIMANSKI⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – kaimarques96@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - liaraluiza0110@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - paolammeine@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - robertannoguez@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - fernandes.fernanda@ufpel.edu.br

⁶Universidade Federal de Pelotas - silvana.schimanski@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Qual é o papel da Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM) na faixa de fronteira no território de abrangência da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo? O objetivo geral do trabalho é apresentar a ALM e mostrar de que forma tem atuado com a finalidade de desenvolver os municípios localizados na faixa de fronteira da região sul do Rio Grande do Sul (RS).

A ALM é uma instituição que tem a missão de promover o desenvolvimento da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, tendo sua sede na cidade de Pelotas (RS). A agência também funciona como um organismo operativo e de apoio técnico à Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), criada em 1963 (ALM, 2022), pelos governos de Brasil e Uruguai.

A Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo possui natureza transfronteiriça, sendo a sua porção em território uruguaio correspondente a 53% da área total, e no território brasileiro 47%, representando um espaço de integração e gestão compartilhada da água entre o Brasil e o seu país vizinho (FERNANDES, COLLARES, CORTELETTI, 2021). Uma bacia hidrográfica pode ser conceituada como “o palco unitário de interação das águas com o meio físico, o meio biótico e o meio social, econômico e cultural” (YASSUDA, 1993), o que demonstra que a água é um elemento integrador das sociedades.

Desde o seu estabelecimento, a ALM tem atuado no desenvolvimento social e econômico conjunto com base na utilização sustentável dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo. Diversos projetos foram planejados e executados ao longo dos anos, dentre os quais destacam-se a operação e administração da barragem-eclusa do canal São Gonçalo e a atuação do Laboratório de Águas e Efluentes no controle da qualidade da água. Tais projetos beneficiam as sociedades dos dois países, já que a água transpõe fronteiras políticas.

Destaca-se que esse território abrange municípios localizados no que a lei brasileira determina como faixa de fronteira do território nacional, na linha de fronteira e também municípios designados como cidades-gêmeas. Entende-se por faixa de fronteira a “faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória do território nacional” (BRASIL, 1979), considerada indispensável à segurança nacional. A este território é destinada uma série de restrições e considerações especiais a respeito de atividades econômicas e comerciais. A linha de fronteira, por outro lado, refere-se à “linha imaginária (natural ou artificial) a qual segue o traçado estabelecido em tratados internacionais” (BORBA, 2013, p. 1). Por fim,

idades-gêmeas referem-se àqueles municípios com mais de dois mil habitantes “[...]cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, [...]” (BRASIL, 2021).

Nesse contexto, a ALM recentemente desenvolve um projeto no sentido de diagnosticar oportunidades e desafios para municípios localizados em faixa de fronteira, intitulado “Diagnóstico para Gestores na Faixa de Fronteira”, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

2. METODOLOGIA

Este estudo possui finalidade exploratória e utiliza-se da abordagem qualitativa, a partir da análise de fontes primárias, como documentos oficiais e legislações, bem como de fontes secundárias a respeito do tema. São apresentados os resultados parciais do projeto em andamento, iniciado em 2022 com previsão de término no ano de 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criada a partir do decreto nº 1.148 de 1994, a Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim é um organismo operativo e vinculado à Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia que busca prover apoio administrativo, técnico e financeiro para a execução do Tratado de Cooperação da Lagoa Mirim, datado de 1977. A ALM atua por meio do desenvolvimento de trabalhos e projetos relacionados aos múltiplos usos da água em diferentes áreas do conhecimento, através de seus escritórios - Escritório de Gestão Territorial e Sistemas de Informação; Escritório de Gestão, Análise Ambiental e Monitoramento de Recursos Hídricos; Escritório de Governança Transfronteiriça e Relações Internacionais; e Escritório de Apoio e Desenvolvimento (ALM, 2022).

A ALM apresenta quatro programas de longa duração: “Programa de Desenvolvimento Regional em Aquicultura, Pesca e Turismo (PDRAPT)”; “Programa de Análise Ambiental e Monitoramento de Recursos Hídricos (PAAMRH)”; “Programa de Desenvolvimento das Capacidades Governativas (PDCG)”; e o “Programa de Fortalecimento Institucional da ALM (Pialm)”. (FERNANDES; COLLARES; CORTELETTI, 2021).

Nos últimos anos e especialmente a partir de 2020, a ALM tem estabelecido parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Regional e outras instituições no estudo de capacidades governativas. Um expoente dessa cooperação é o projeto “Diagnóstico para Gestores na Faixa de Fronteira”, que visa analisar os desafios e oportunidades para implementação de políticas públicas nos municípios da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo. Esse projeto tem como objetivo a coleta de dados dos 21 municípios da região do extremo sul do estado do Rio Grande do Sul que estão localizados na área de abrangência da Bacia da Lagoa Mirim, com 20 (exceto Turuçu) localizados na faixa de fronteira, sendo eles: Aceguá, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Turuçu. Além do diagnóstico das capacidades governativas dos municípios, busca-se a produção de um Inventário de Oportunidades, visando reunir informações sobre as legislações, políticas públicas, acordos, tratados, projetos, estudos e normativas aplicáveis a esses municípios.

Este trabalho revela sua importância, pois, com base na Lei de nº 6.634 de 02 de maio de 1979, que dispõe da faixa de fronteira, e da Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, que estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, a região possui 07 municípios na linha de fronteira (Aceguá, Bagé, Pedras Altas, Herval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí), dos quais apenas 03 (Aceguá, Chuí e Jaguarão) se classificam como cidades-gêmeas (Quadro 1). O único município não amparado legalmente pela legislação da faixa de fronteira é o município de Turuçu, ainda que esteja conectado aos desafios característicos a essa região em razão das águas da bacia hidrográfica.

Quadro 1: Classificação dos municípios

Municípios da Bacia Mirim-São Gonçalo	Municípios na faixa de fronteira	Municípios que tocam a linha de fronteira	Cidades-gêmeas
21	20	07	03

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Até o momento foram coletados e sistematizados em planilhas os dados geográficos, econômicos e sociais dos municípios. Dentre os dados sociais, destaca-se o levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse índice evidencia as diferenças entre os municípios por meio da coleta de dados relativos à longevidade, educação e renda, o que influencia também os desafios a serem enfrentados em termos de gestão pública. Segundo o IBGE (2010), Turuçu é o município que apresenta o menor nível de IDHM, de 0,629, enquanto Rio Grande apresenta o maior nível de IDHM, sendo de 0,744. A mediana dos municípios é de 0,678. Ainda que 7 dos municípios encontram-se na faixa de IDHM considerada como “desenvolvimento humano alto” ($\geq 0,7 < 0,8$), a maioria deles ainda encontra-se na faixa de desenvolvimento médio ($\geq 0,6 < 0,7$) (IPEA, 2013, p. 39).

4. CONCLUSÕES

A partir dos dados coletados até o momento, é possível notar que há uma significativa diversidade de municípios localizados na faixa de fronteira do sul do Rio Grande do Sul, em região que abrange também o território onde está localizada a Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo. Tal fato justifica e reforça a atuação da ALM nesta porção do território, por meio do levantamento de dados, informações e realização de ações que contribuam na promoção do desenvolvimento regional, desde uma perspectiva econômica, social e humana.

A ALM, por meio do projeto “Diagnóstico para Gestores na Faixa de Fronteira”, também atua como instituição interlocutora e articuladora junto a outros entes da esfera federal, como o MDR, e municipal, auxiliando no fortalecimento das capacidades governativas dos municípios da metade sul do estado. Previsto para que seja concluído em 2023, espera-se que o projeto contribua para ampliar o conhecimento sobre a região, bem como fomentar propostas futuras para capacitação de governos locais, buscando desenvolver socialmente e economicamente a região, nos temas afetos à faixa de fronteira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (ALM). **Quem somos**. Online. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/alm/?page_id=2031. Acesso em: 01 ago. 2022.

BORBA, V. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 59-78, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994**. Transfere do Ministério da Integração Regional para a Fundação Universidade Federal de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, o acervo científico, os bens patrimoniais e os projetos vinculados ao plano de desenvolvimento integrado da Bacia da Lagoa Mirim. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1148.htm. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria MDR nº 2.507, de 05 de outubro de 2021**. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 02 ago. 2022.

FERNANDES, F.M; COLLARES, G.L; CORTELETTI, R. A água como elemento de integração transfronteiriça: o caso da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v.35, n.102, p.59-77, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil**. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA —. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, DF: IPEA, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. 1977. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/alm/files/2019/07/Tratado-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-para-o-Aproveitamento-dos-Recursos-Naturais-1977.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

YASSUDA, E. R. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.5-18, mai. 1993.

CLÍNICA DE ATENDIMENTO JURÍDICO A IMIGRANTES E REFUGIADOS: UMA EXPERIÊNCIA EMANCIPADORA

VALERIA VILLALBA SOARES DE OLIVEIRA¹; DIULIA BORGES MOREIRA²;
MANOELA VIEIRA MACIEL³; ANELIZE MAXIMILA CÔRREA⁴.

¹Universidade Católica de Pelotas – valeria.oliveira@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas – diulia.moreira@sou.ucpel.edu.br

³Universidade Católica de Pelotas – manoela.maciell@sou.ucpel.edu.br

⁴Universidade Católica de Pelotas – anelize.correa@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Clínica de Atendimento Jurídico a Imigrantes e Refugiados surgiu como braço extensionista do Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos, denominado GEMIGRA, que atua desde 2013 junto à Universidade Católica de Pelotas. Com o passar dos anos, o GEMIGRA passou a ser referência regional nos estudos sobre migrações. Paralelamente desenvolvia trabalhos de assessoramento jurídico no campo migratório.

No ano de 2020, com a pandemia da COVID-19, houve a soma de dois fatores que favoreceram a criação da CAJIR: o aumento de migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade socioeconômica na região, e crescente demanda por assistência jurídica a esses migrantes decorrente especialmente das normativas infralegais que passaram a restringir o acesso e a regularização de migrantes e refugiados. O formato de “Clínica Jurídica” adotado pela CAJIR tem como objetivo a resolução de problemas, dentro de uma visão multidisciplinar objetivando a sensibilização para as demandas da comunidade.

A regularização migratória no Brasil é de extrema relevância, afinal, isso permite que o migrante, visitante ou refugiado trabalhe formalmente, e que seja reconhecido como um indivíduo de direitos no país. Vale frisar que, a clínica garante sigilo em todas as etapas do serviço prestado e, além dos docentes, conta com a participação de extensionistas da graduação e da pós graduação.

2. METODOLOGIA

O método utilizado no presente projeto trata-se de uma metodologia participativa e de construção coletiva para a solução aos problemas relacionados com o direito dos migrantes.

Dessa forma, enquanto projeto de extensão, realizamos atendimentos de maneira presencial ou online para coleta de dados e preenchimento do formulário eletrônico onde constam informações como os fatores que levaram à essa migração, qual a situação do assistido e etc. Posteriormente, é agendado um segundo atendimento para dialogar acerca das medidas que serão tomadas a fim de resolver o problema migratório.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CAJIR, através do atendimento ao público alvo, busca auxiliar no reconhecimento de estudos e regularização migratória. Em assistência a imigrantes e refugiados, tais procedimentos são de extrema relevância para a inserção social

e laboral. A partir do atendimento a famílias de migrantes e de refugiados, foi perceptível a carência de conhecimento em relação à temática migratória e as necessidades do próprio migrante, a partir dos nossos processos e a atuação em órgãos institucionais, haja vista que, por vezes, a alta complexidade no exercício desses serviços torna-os inacessíveis.

Ainda, a clínica presta auxílio em processos tanto no âmbito administrativo, quanto judicial, em matéria de permissão de residência e afins. Principalmente a questão jurídica, que se insurgiu com tamanha voracidade no país, dada a grande demanda de rejeição administrativa.

É importante frisar que, deparam-se os componentes do projeto, com casos multifacetados e complexos, frente a gama de necessidades que rodeiam a vida de seres humanos em situação de migração forçada ou voluntária. Por vezes estas pessoas integram famílias numerosas onde estão inseridos pessoas com maior vulnerabilidade, como idosos e menores impúberes.

Dado ao exposto, foi imprescindível a sensibilização cultural e empatia para o desenvolvimento de relações de confiança com os assistidos, compreensão de suas raízes e hábitos sociais, no intuito de uma efetiva criação e manutenção de vínculos com a sociedade brasileira. É preciso mais do que apenas sentir-se confortável no lugar onde se vive, é também preciso sentir-se representado.

Cada caso atendido pela clínica tem se mostrado como um grande desafio aos extensionistas, pois foi preciso pesquisar as providências necessárias para a sua regularização, visto que, a situação vai além de apenas se regularizar, leva-se mutuamente em consideração a conjuntura de desamparo, sentimento de não pertencimento e, amiúde, dificuldades financeiras.

4. CONCLUSÕES

A partir das experiências vivenciadas podemos concluir que o projeto de extensão foi desenvolvido em um momento de extrema necessidade, visto que com a Pandemia do COVID-19, houve uma mudança na percepção em relação ao migrante, onde as normas que regulamentam as fronteiras e a mobilidade humana restringiram os direitos humanos e feriram normas e princípios de ordem internacional, constitucional e interna, inclusive no que tange aos direitos dos refugiados. Frise-se que as motivações que levam uma pessoa a deixar o seu país e buscar abrigo em outro não cessaram com a pandemia, pelo contrário, se intensificaram.

A atuação do projeto proporciona não só o auxílio jurídico a imigrantes e refugiados, mas ainda, contribuem para o estudo e investigação da resolução prática dos problemas enfrentados pelos migrantes, desde a sua regularização, até conseguir um trabalho e viver de forma independente.

Haja vista que, cada caso está repleto de nuances e questões multiconectadas, representa um grande desenvolvimento e contribuição na vida dos estudantes que integram a CAJIR. Assim, entende-se que o trabalho feito pela Clínica contribui para o desenvolvimento de uma sociedade orientada pelos direitos humanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HIRAI, Cassia Miho Nakano. Clínicas jurídicas na FGV Direito SP : relatos de uma década de aprendizados e experiências de ensino / - São Paulo : FGV Direito SP, 2020.

CORRÊA, Anelize Maximila, Educação jurídica no âmbito da transnacionalização das relações humanas: recontextualização curricular do direito internacional em cursos de direito no Brasil / Tese Doutorado em Educação - UFPEL — Pelotas, de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1997.